

**RETRATO DA SITUAÇÃO  
NO MERCADO DE  
TRABALHO DAS PESSOAS  
COM ENSINO SUPERIOR  
EM PORTUGAL  
– 1998-2008**

**Colecção *Cogitum* n.º 36**

PUBLICAÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU



**RETRATO DA SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO  
DAS PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL  
– 1998-2008**

**Colecção *Cogitum***

Coordenação de GEP

1. Portugal 1995-2000: Perspectivas da Evolução Social
2. Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Políticas Activas para a Empregabilidade
3. Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Criação de Emprego e Reconversão do Tecido Empresarial
4. Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Organização do Mercado de Trabalho
5. Avaliação da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Estudo Económico com Aferição Qualitativa
6. Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Síntese dos Estudos de Avaliação
7. Poder e Risco no Trabalho da Indústria Petrolífera – a refinaria de Sines – 1978/1997
8. Acesso aos Direitos Sociais na Europa – Relatório do Conselho da Europa
9. Estudo sobre a Demografia de Estabelecimentos
10. Indicadores de Empreendedorismo e Inovação – Relatório Final
11. Qualificações dos Trabalhadores Portugueses – Relatório Final
12. Mobilidade dos Trabalhadores na Economia Portuguesa – Relatório Final
13. O Clima Social nas Empresas de Média e Grande Dimensão – Emprego e Condições de Trabalho no Balanço Social (1993-2002)
14. A Relação Salários-Produtividade em Portugal
15. Demografia de Empresas e Estabelecimentos em Portugal 2001-2002
16. Uma Avaliação da Criação e Destruição de Emprego em Portugal na Década 2000-2010
17. Estudo de Avaliação das Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida
18. Os Jovens e o Mercado de Trabalho: Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas
19. O Trabalho não Declarado em Portugal – Metodologia de Abordagem e Tentativa de Medição
20. A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal
21. Estudo de Avaliação da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais na Área da Reabilitação e Integração das Pescas com Deficiência
22. Percursos de Inserção no Mercado de Trabalho dos Diplomados do Ensino Superior
23. Evolução do Rejuvenescimento/Envelhecimento do Mercado de Trabalho
24. Impacto da Negociação Colectiva na Regulamentação do Mercado de Trabalho
25. Flexibilidade e Segurança no Mercado de Trabalho Português

26. Estudo Regional – NUTS III – sobre a Redução do Emprego em Empresas/Estabelecimentos
27. Causas e Circunstâncias dos Acidentes de Trabalho em Portugal – Alguns Factores Determinantes dos Acidentes de Trabalho nos Sectores Económicos com Maior Densidade de Emprego e Maior Incidência
28. Estudo Comparado de Qualificações (Skills Audit)
29. Baixas Qualificações em Portugal
30. Estudo sobre o Retorno da Formação Profissional
31. Estudo sobre a Estrutura e Distribuição das Remunerações – Explicar a Desigualdade Salarial em Portugal
32. Os Fluxos e as Remunerações de Sub e Sobre-Escolarizados em Portugal no Período 1995-2005
33. Demografia de Empresas, Fluxo de Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores em Portugal – 1995-2006
34. Metodologias de Antecipação de Necessidades de Competências e de Capital Humano
35. Estudo sobre Empregos Verdes em Portugal
36. Retrato da Situação no Mercado de Trabalho das Pessoas com Ensino Superior em Portugal – 1998-2008



COLECÇÃO *COGITUM* N.º 36

**RETRATO DA SITUAÇÃO NO MERCADO  
DE TRABALHO DAS PESSOAS  
COM ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL  
– 1998-2008**

© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), 2010

**Colecção *Cogitum***

**Coordenação de GEP**

**36. Retrato da Situação no Mercado de Trabalho das Pessoas com Ensino Superior em Portugal  
– 1998-2008**

Primeira edição: Julho de 2010

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 978-972-704-359-0

Depósito legal: 310 353/10

**Coordenação Editorial, de Redacção e de Distribuição:**

Centro de Informação e Documentação (CID / GEP)

Praça de Londres, 2, 2.º, 1049-056 Lisboa

Tel. (+351) 213 114 900

Fax (+351) 210 115 784

*E-mail:* gep.cid@gep.mtss.gov.pt

Página: www.gep.mtss.gov.pt

**Impressão e acabamento:** Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor, por GEP

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Rua Castilho, 24, 7.º, 1250-069 Lisboa

Tel. (+351) 213 114 900

Fax (+351) 213 114 980

**O presente Estudo foi elaborado pela seguinte Equipa:**

**Antonieta Ministro** (*coordenação*),

**Antónia Simão, Eduarda Saraiva, Lucília Gomes**

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Rua Castilho, 24, 7.º, 1250-069 Lisboa

Tel. (+351) 213 114 900

Fax (+351) 213 114 980

O texto é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Lisboa, Junho de 2010.

## RETRATO DA SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL – 1998-2008

O presente relatório procura efectuar um retrato sintético da situação e evolução das pessoas com o ensino superior no mercado de trabalho e incide, primordialmente, sobre a população com idade entre os 20 e os 64 anos.

As principais fontes utilizadas no relatório foram o Inquérito ao Emprego, do Instituto Nacional de Estatística (INE), no período de 1998 a 2008 e os Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP/MTSS), de carácter anual, incidindo sobretudo no último ano disponível (2007).

Na primeira parte é feita uma análise dos níveis de actividade e de emprego dos diplomados do ensino superior em comparação com a população empregada. A segunda refere-se a uma caracterização do emprego desses diplomados, segundo variáveis como o género, o tipo de contrato de trabalho, os sectores de actividade, as profissões e as remunerações. Na terceira procura-se fazer uma análise da situação, severidade do desemprego e das principais características desse desemprego, junto dos diplomados do ensino superior.

Por último, sublinhe-se que este é o primeiro relatório desta natureza sobre este tema, tendo-se como objectivo apresentar, com uma periodicidade regular de forma a acompanhar, em permanência, a evolução da situação dos diplomados do ensino superior no mercado de trabalho português.

*This report seeks to make a synthetic picture of the situation and development of people with higher education in the labour market and focuses primarily on the population aged between 20 and 64.*

*The main sources used in the report were the Labour Force Survey, from the Statistics Portugal (INE) in the period 1998 to 2008 and the List of Personnel compiled by the Strategy and Planning Office/MTSS, on an annual basis, focusing especially the last available year (2007).*

*In the first part there is an analysis of the levels of activity and employment of the university graduates compared with the population employed. The second refers to a characterization of the employment of these graduates, according to variables such as gender, type of employment contract, economic sectors, occupations and wages. The third seeks to make an analysis of the situation, unemployment and severity and the main characteristics of unemployment among graduates in higher education.*

*Finally, it should be noted that this is the first report of this nature on this subject and it is intended to present, at regular intervals, updates and improvements in order to monitor, continuously, the evolution of the situation of the graduates with higher education in the Portuguese labour market.*



# ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS .....	x
ÍNDICE DE QUADROS.....	xi
1. APRESENTAÇÃO .....	1
2. ACTIVIDADE E EMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR .....	3
3. PERFIL DO EMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR .....	9
3.1. Género .....	9
3.2. Grupos Etários .....	12
3.3. Situação na Profissão e Tipo de Contrato de Trabalho .....	15
3.4. As Actividades Económicas onde se Integra a População Empregada com Habilitação Superior .....	17
3.5. As Profissões e Qualificações da População Empregada com Habilitação Superior .....	22
3.6. Remunerações .....	25
4. DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR .....	33
4.1. A Dimensão e Severidade do Desemprego por Níveis de Habilitação Escolar .....	33
4.2. Perfil da População Desempregada com o Ensino Superior .....	38
5. SÍNTESE E CONCLUSÕES .....	43

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1.	Evolução anual da população total e empregada segundo os níveis de habilitação, 1998-2008 .....	3
Figura 2.2.	Criação líquida de emprego entre 1998 e 2008, segundo o nível de habilitação completo mais elevado .....	4
Figura 2.3.	Percentagem da população empregada com habilitação superior e básico em relação ao total da população empregada em cada região, por NUT II (1998, 2007 e 2008) .....	6
Figura 2.4	Peso da população empregada com habilitação superior em cada região face ao total da população empregada, por NUT II (1998, 2007 e 2008) .....	7
Figura 3.1.1.	Criação líquida de emprego entre 1998 e 2008, segundo o género, na população empregada total e na população com o ensino superior .....	10
Figura 3.1.2.	Percentagem da população empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada em cada região, segundo o género e a NUT II (1998 e 2008) .....	11
Figura 3.2.1.	Estrutura etária da população empregada com habilitação superior no total da população empregada com o ensino superior (1998-2008) .....	13
Figura 3.2.2.	Estrutura da população empregada com habilitação superior em cada grupo etário, segundo o género (2008) .....	14
Figura 3.4.1.	População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo a actividade económica (2008) .....	19
Figura 3.4.2.	Estrutura sectorial do emprego dos que possuem uma habilitação de nível superior e no total (1998 e 2008) .....	20
Figura 3.6.1.	Perfil de salários ao longo do ciclo de vida segundo os níveis de escolarização .....	27
Figura 4.1.1.	Evolução da população desempregada por níveis de habilitação escolar (2000 a 2008) .....	33
Figura 4.1.2.	Evolução da taxa de desemprego total e por nível de habilitação escolar (1998 a 2008) .....	35
Figura 4.1.3.	Estrutura da população desempregada por nível de habilitação escolar .....	36
Figura 4.1.4.	População desempregada por nível de escolaridade e tempo de duração do desemprego .....	37
Figura 4.2.1.	Taxa de desemprego segundo o género e o nível de habilitação escolar (1998-2008) .....	38
Figura 4.2.2.	Estrutura da população desempregada segundo o género e o nível de habilitação escolar (2000 a 2008) .....	39
Figura 4.2.3.	Evolução da população desempregada, segundo o género e o nível de habilitação escolar (2000 a 2008) .....	40

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1.	Evolução da população total, população activa e empregada com habilitação superior, em relação ao total da respectiva população (1998-2008) .....	5
Quadro 2.2.	Trabalhadores por conta de outrem (TCO) com habilitação superior no total de TCO segundo as regiões (2007) .....	8
Quadro 3.1.1.	População empregada total e com habilitação superior, segundo o género (1998-2008) .....	9
Quadro 3.1.2.	TCO com habilitação superior no total de TCO, segundo as regiões e o género (2007) .....	12
Quadro 3.2.1.	População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, por grupo etário (1998-2008) .....	13
Quadro 3.2.2.	População empregada com habilitação superior no total da população empregada, por regiões e grupo etário (2008) .....	15
Quadro 3.3.1.	População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo a situação na profissão (1998-2008) .....	16
Quadro 3.3.2.	TCO com habilitação superior no total de TCO segundo o tipo de contrato de trabalho (2007) .....	17
Quadro 3.4.1.	População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo a actividade económica (1998-2008) .....	18
Quadro 3.4.2.	TCO com habilitação superior no total de TCO segundo o sector de actividade (2007) .....	21
Quadro 3.5.1.	População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo as profissões (1998-2008) .....	23
Quadro 3.5.2.	Estrutura profissional do emprego dos que possuem uma habilitação de nível superior e no total (1998 e 2008) .....	24
Quadro 3.5.3.	TCO com habilitação superior no total de TCO segundo os níveis de qualificação (2007) .....	25
Quadro 3.6.1.	Percentagem de TCO a tempo completo com habilitação superior no total de TCO, segundo o escalão salarial mensal líquido, escalão etário e sexo em 2008 .....	26
Quadro 3.6.2.	Distribuição dos TCO a tempo completo, segundo o escalão de ganho salarial líquido, por nível de habilitação e sexo em 2008 .....	28
Quadro 3.6.3.	Índices das Remunerações Médias Mensais (Ganho), segundo os níveis de habilitações literárias e sexo .....	29
Quadro 3.6.4.	Remunerações Médias Mensais (Ganho) e diferenças Mulher/Homem segundo os níveis de habilitações literárias .....	30
Quadro 3.6.5.	Proporção do ganho dos habilitados com o Ensino Superior face aos com habilitação inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico .....	30
Quadro 4.2.1.	Percentagem da população desempregada habilitada com o ensino superior na população desempregada segundo o grupo etário (2002 a 2008) .....	41



## 1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório procura efectuar um retrato sintético da situação e evolução das pessoas com o ensino superior no mercado de trabalho. Existe, assim, uma complementaridade com o relatório semestral que é realizado sobre “A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior”, tendo por base os dados do desemprego inscrito nos centros de emprego, disponibilizados mensalmente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, e a informação sobre esses diplomados disponibilizada anualmente ao Gabinete de Planeamento, Avaliação, Estratégia e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pelas instituições de ensino superior.

Este relatório disponibiliza, elementos de caracterização e comparação entre a situação dos detentores com habilitação superior no mercado de trabalho, seja para o total da população empregada ou para o total de trabalhadores por conta de outrem (TCO), seja ainda, para a população desempregada, mas, com base nos dados do Inquérito ao Emprego (IE) do Instituto Nacional de Estatística (INE) (não tratados no relatório semestral do GPEARI). A análise, que aqui se desenvolve, incide primordialmente, sobre a população com idade entre os 20 e os 64. A caracterização da situação no mercado de trabalho é feita segundo o género, grupo etário, taxas de emprego e de desemprego, situação na profissão, tipo de contrato de trabalho, actividade económica, profissão e remunerações. Sempre que possível e quando considerado pertinente, também se avança com uma análise regional ao nível das NUT II.

As principais fontes e os períodos de referência utilizados no relatório são as seguintes<sup>1</sup>:

- Inquérito ao Emprego, do Instituto Nacional de Estatística (INE), incidindo, em regra, no período de 1998 a 2008.
- Quadros de Pessoal do GEP/MTSS, de carácter anual, incidindo sobretudo no último ano disponível (2007).

---

<sup>1</sup> Pontualmente recorre-se também a informação disponibilizada pelo EUROSTAT, sempre que se considera importante comparar os dados do país com a União Europeia.

O presente relatório encontra-se estruturado em três blocos fundamentais:

- Análise dos níveis de actividade e de emprego dos diplomados do ensino superior em comparação com a população empregada, tendo em atenção, o aumento do peso dos habilitados com o ensino superior no total da população, fruto da sua expansão na última década.
- Caracterização do emprego desses diplomados, segundo variáveis como o género, o tipo de contrato de trabalho, os sectores de actividade, as profissões e as remunerações.
- Análise da situação, severidade do desemprego e das principais características desse desemprego, junto dos diplomados do ensino superior.

Por último, sublinhe-se que este é o primeiro relatório desta natureza sobre este tema, tendo-se como objectivo apresentar, com uma periodicidade regular, actualizações e melhorias, por forma a acompanhar, em permanência, a evolução da situação dos diplomados do ensino superior no mercado de trabalho português.

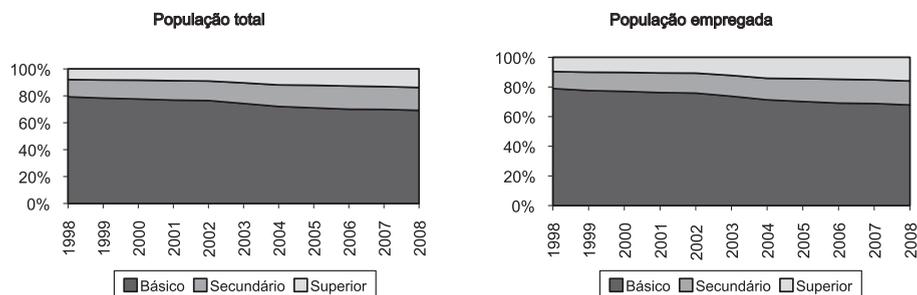
## 2. ACTIVIDADE E EMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

Portugal caracteriza-se por um elevado peso relativo dos níveis de habilitação mais baixos, para o total da população portuguesa ( $\geq 15$  anos) (65,3 % com o ensino básico, 13,4 % com o ensino secundário e 10,4 % com o ensino superior ou mais), em resultado de défices acumulados de escolarização e de um abandono escolar precoce elevado. Nas últimas décadas, registaram-se, é certo, inegáveis progressos, fruto do esforço de alargamento do acesso à educação e formação, que permitiu aumentar os níveis de habilitação da população, ainda que continuem afastados da maioria dos Estados-Membros da UE, designadamente no que diz respeito à percentagem de pessoas com o ensino superior (10,4 % em Portugal e 20 % na UE-27, em 2008).

O esforço feito em termos de educação é já visível, embora Portugal continue com valores muito elevados para a saída escolar precoce do ensino básico, apresentando uma redução de 6,3 p.p. entre 2000 e 2007.

Este facto é também observado no mercado de trabalho, onde 78,9 % da população empregada em 1998 (20-64 anos) (3484,3 mil pessoas) possuía no máximo o 3.º ciclo do actual ensino básico, mas esta percentagem reduziu-se para 67,8 % em 2008. O peso relativo da população empregada com o ensino superior no total da população empregada, nos últimos anos, tem vindo sempre a aumentar, passando de 9,6 % em 1998, para 16 % em 2008, constatando-se uma evolução semelhante na população activa (de 9,9 % para 16,3 %) e na população total (de 7,9 % para 13,8 %).

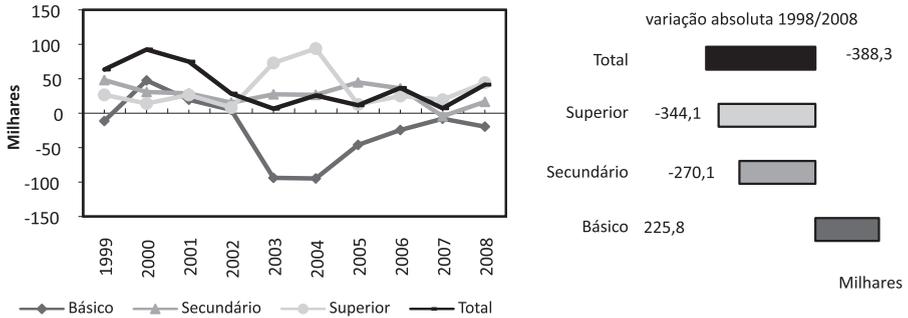
**Figura 2.1.** Evolução anual da população total e empregada segundo os níveis de habilitação, 1998-2008



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Registe-se que, no período compreendido entre 1998 e 2008, a criação líquida de emprego ocorreu, apenas, na população com habilitações de nível secundário ou superior, com particular destaque para estes últimos, em que o saldo líquido é de cerca de 388 mil novos empregos.

**Figura 2.2.** Criação líquida de emprego entre 1998 e 2008, segundo o nível de habilitação completo mais elevado



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

As taxas de actividade e de emprego são, por sua vez, muito superiores nos indivíduos com o ensino superior. Esta diferença decresceu ligeiramente nos últimos anos, fruto de dificuldades específicas de absorção, pelo tecido produtivo, dessa mão-de-obra, face ao elevado ritmo de crescimento da população total e activa, em particular junto deste segmento, mas mantém-se em valores elevados.

Na realidade, em dez anos, quase duplica a população total com o ensino superior e, conseqüentemente, também a população activa e empregada. De facto, entre 1998 e 2008, a taxa média de crescimento anual do emprego da população habilitada com o ensino superior foi de 6,3 %, ou seja, o peso da população empregada com o ensino superior no total da população empregada, passou de 9,6 % em 1998 para 16 % em 2008.

**Quadro 2.1.** Evolução da população total, população activa e empregada com habilitação superior, em relação ao total da respectiva população (1998-2008)

Ano	População Total			População Activa			População Empregada			Taxa de Emprego	
	Total	Ensino Superior	% Ens. Superior	Total	Ensino Superior	% Ens. Superior	Total	Ensino Superior	% Ens. Superior	Total	Ensino Superior
1998	6128,3	483,8	7,9 %	4641,8	439,1	9,5 %	4415,2	423,8	9,6 %	72,0 %	87,6 %
1999	6173,7	508,5	8,2 %	4685,5	468,2	10,0 %	4478,6	450,5	10,1 %	72,5 %	88,6 %
2000	6227,4	520,6	8,4 %	4756,9	479,9	10,1 %	4571,2	464,6	10,2 %	73,4 %	89,2 %
2001	6289,3	550,0	8,7 %	4836,3	508,8	10,5 %	4646,0	491,1	10,6 %	73,9 %	89,3 %
2002	6354,2	571,6	9,0 %	4919,2	525,4	10,7 %	4674,5	499,3	10,7 %	73,6 %	87,4 %
2003	6424,4	666,1	10,4 %	4993,0	609,2	12,2 %	4680,8	572,3	12,2 %	72,9 %	85,9 %
2004	6486,7	772,0	11,9 %	5043,0	704,0	14,0 %	4706,7	666,2	14,2 %	72,6 %	86,3 %
2005	6528,2	792,7	12,1 %	5117,4	725,1	14,2 %	4718,2	679,0	14,4 %	72,3 %	85,7 %
2006	6544,1	832,3	12,7 %	5156,7	752,2	14,6 %	4754,9	703,9	14,8 %	72,7 %	84,6 %
2007	6559,7	859,3	13,1 %	5186,5	782,8	15,1 %	4762,2	723,5	15,2 %	72,6 %	84,2 %
2008	6566,6	906,9	13,8 %	5207,9	825,4	15,8 %	4803,3	767,9	16,0 %	73,1 %	84,7 %

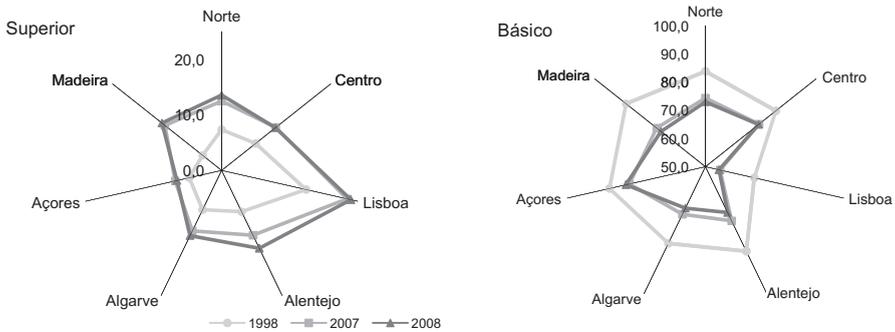
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A taxa de actividade e de emprego das pessoas habilitadas com o ensino superior é também substancialmente mais elevada do que as taxas globais, em qualquer dos anos em análise. Sendo significativas as diferenças entre as duas, nota-se também uma tendência para a redução desse diferencial, passando de cerca de 15,6 p.p. em 1998 para 11,5 p.p. em 2008, no caso da taxa de emprego e de 15 p.p. em 1998 para 11,7 p.p. em 2008, no caso da taxa de actividade.

O facto da taxa de actividade e de emprego nos diplomados com o ensino superior ser superior à média global leva, também, a que o seu peso relativo seja maior na população activa e empregada do que na população total – 15,8 % na população activa e 16 % na população empregada contra 13,8 % na população total, em 2008. O peso relativo da população com o ensino superior, em Portugal, continua, porém, a ser muito inferior à média comunitária (UE-27), apesar do esforço de recuperação do atraso histórico em matéria de educação da população.

Em termos regionais, observa-se que, em 2008 (bem como nos anos transactos), Lisboa é a região onde se concentra uma maior percentagem de pessoas habilitadas com o ensino superior face ao total da população empregada (23,7 %), sendo seguida pela região do Alentejo e pela da Madeira (15,6 % e 13,7 %, respectivamente). A região dos Açores é aquela onde se denota uma menor proporção (8,2 %).

**Figura 2.3.** Percentagem da população empregada com habilitação superior e básico em relação ao total da população empregada em cada região, por NUT II (1998, 2007 e 2008)

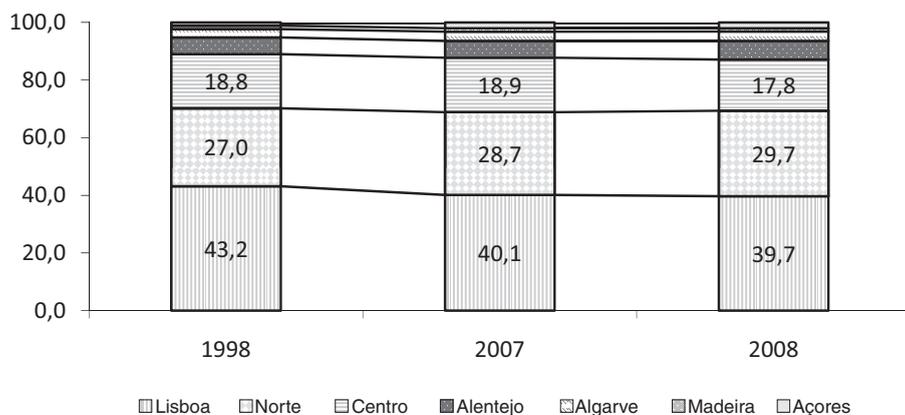


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A região que viu o emprego deste grupo de população aumentar mais face à população total de cada uma das regiões, entre 1998 e 2008, foi a Madeira (9,3 %), seguida por Lisboa (8,3 %). As regiões onde a percentagem da população empregada habilitada com o ensino superior menos aumentou neste período, em relação à população total, foram os Açores (2,2 %) e o Centro (4,5 %).

Torna-se também relevante observar o que se passou em termos regionais ao nível da população empregada com o ensino básico, de facto, a percentagem com este tipo de ensino diminuiu em todas as regiões desde 1998, embora, entre 2007 e 2008, apenas o Alentejo, a Madeira e o Norte tenham apresentado diminuições. Em todos os anos analisados (1998 a 2008), Lisboa é a região com menor percentagem de população com habilitações até ao ensino básico. No entanto, os maiores decréscimos verificaram-se na Madeira (-15,3 %), no Alentejo (-13,8 %), no Algarve (-12,8 %), seguidos por Lisboa (-12,8 %).

**Figura 2.4.** Peso da população empregada com habilitação superior em cada região face ao total da população empregada, por NUT II (1998, 2007 e 2008)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Perante estes dados, é evidente que o emprego dos diplomados do ensino superior concentra-se fortemente na região de Lisboa e de modo muito mais intenso do que relativamente ao emprego total. Em segundo plano surgem, respectivamente, as regiões do Norte e do Centro, mas onde o peso no emprego de pessoas habilitadas com o nível superior é consideravelmente inferior ao registado no emprego total. Registe-se, ainda, que, entre 1998 e 2008, a região de Lisboa perde alguma relevância, em termos relativos, no emprego de pessoas com o ensino superior, embora mantendo ainda um peso claramente dominante.

Se analisarmos os dados dos Quadros de Pessoal, que abrangem a grande maioria dos TCO do emprego estruturado, não cobrindo porém uma parte significativa da Administração Pública<sup>2</sup>, constatamos que a concentração do emprego por conta de outrem de diplomados do ensino superior em Lisboa é, ainda, mais acentuada. De facto, em Lisboa concentravam-se, em 2007<sup>3</sup>, cerca de 45,7 % dos TCO com habilitação de nível superior, seguidos, a uma grande distância, pela região Norte (28,4 %).

<sup>2</sup> Apenas os trabalhadores por conta de outrem abrangidos com contratos individuais de trabalho da administração central, regional ou de institutos públicos são abrangidos nos Quadros de Pessoal.

<sup>3</sup> Últimos dados disponíveis.

**Quadro 2.2.** Trabalhadores por conta de outrem (TCO) com habilitação superior no total de TCO segundo as regiões (2007)

Região	TCO		TCO com Habilitação Superior		% de TCO com Habilitação Superior no Total
	N.º	%	N.º	%	
Norte	1 035 306	34,9 %	105 057	28,4 %	10,1 %
Algarve	140 209	4,7 %	12 273	3,3 %	8,8 %
Centro	592 154	19,9 %	59 987	16,2 %	10,1 %
Lisboa	907 843	30,6 %	169 040	45,7 %	18,6 %
Alentejo	173 390	5,8 %	14 361	3,9 %	8,3 %
Açores	54 917	1,8 %	3893	1,1 %	7,1 %
Madeira	66 223	2,2 %	5372	1,5 %	8,1 %
<b>Total</b>	<b>2 970 042</b>	<b>100,0 %</b>	<b>369 983</b>	<b>100,0 %</b>	<b>12,5 %</b>

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

Ao considerarmos a relação entre os TCO com nível de habilitação superior e o total dos TCO em cada região, mantém-se Lisboa como detentora de valores mais elevados (18,6 %), sendo seguida pelas regiões Norte e Centro com menos 8,5 p.p.. De sublinhar, ainda, que os dados dos Quadros de Pessoal comprovam, igualmente, o crescimento forte do número e peso dos TCO no total, que também duplica globalmente no período entre 1998 e 2007.

### 3. PERFIL DO EMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

#### 3.1. Género

Neste contexto, se no total da população empregada, cerca de 53,6 % são homens, quando a análise é feita para a população empregada com habilitação superior verifica-se que a maioria são mulheres (59,6 %, em 2008).

**Quadro 3.1.1.** População empregada total e com habilitação superior, segundo o género (1998-2008)

Anos	População empregada				População empregada com habilitação superior				% de população empregada com habilitação superior no total da população empregada		
	H		M		H		M		H	M	Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%			
1998	2446,3	55,4 %	1969,1	44,6 %	174,7	41,2 %	249,2	55,8 %	7,1 %	12,7 %	9,6 %
1999	2459,6	54,9 %	2019,0	45,1 %	191,4	42,5 %	259,1	57,5 %	7,8 %	12,8 %	10,1 %
2000	2499,3	54,7 %	2071,9	45,3 %	195,1	42,0 %	269,6	58,0 %	7,8 %	13,0 %	10,2 %
2001	2536,4	54,6 %	2109,5	45,4 %	198,9	40,5 %	292,3	59,5 %	7,8 %	13,9 %	10,6 %
2002	2547,8	54,5 %	2126,8	45,5 %	191,8	38,4 %	307,6	61,6 %	7,5 %	14,5 %	10,7 %
2003	2528,5	54,0 %	2152,4	46,0 %	225,7	39,4 %	346,6	60,6 %	8,9 %	16,1 %	12,2 %
2004	2531,6	53,8 %	2175,1	46,2 %	264,9	39,8 %	401,3	60,2 %	10,5 %	18,4 %	14,2 %
2005	2531,0	53,6 %	2187,3	46,4 %	274,2	40,4 %	404,8	59,6 %	10,8 %	18,5 %	14,4 %
2006	2555,2	53,7 %	2199,8	46,3 %	291,3	41,4 %	412,6	58,6 %	11,4 %	18,8 %	14,8 %
2007	2558,0	53,7 %	2204,0	46,3 %	294,5	40,7 %	429,0	59,3 %	11,5 %	19,5 %	15,2 %
2008	2573,7	53,6 %	2229,7	46,4 %	310,3	40,4 %	457,6	59,6 %	12,1 %	20,5 %	16,0 %

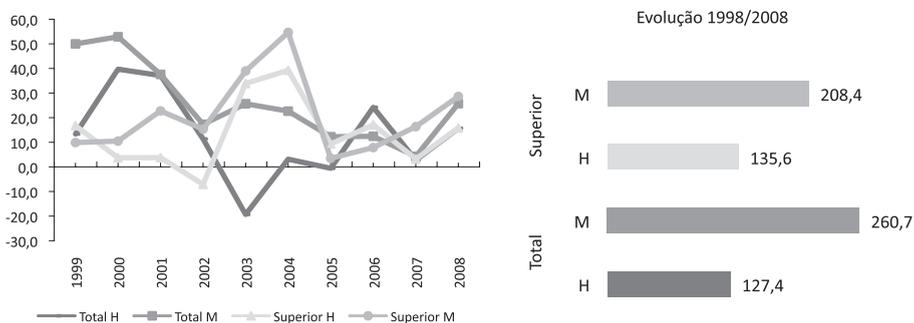
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. Médias anuais.

Note-se, ainda, que entre 1998 e 2008 o aumento do peso da população empregada com o ensino superior na população total empregada foi mais significativo nas mulheres do que nos homens – respectivamente, mais 7,9 p.p. e mais 4,9 p.p. – e cresceu, sistematicamente, em todos os anos no caso das mulheres, o que não se registou nos homens (em 2002, os homens dimi-

nuíram 0,3 p.p.). Esta situação reflecte, naturalmente, o facto das mulheres estarem sobre-representadas no ensino superior, face aos homens, que tendem mais a abandonar precocemente o sistema de educação e formação<sup>4</sup> (30,4 % para as mulheres contra 42 % para os homens) e a inserirem-se no mercado de trabalho sem concluírem o ensino superior.

Não surpreende, assim, que num contexto em que a criação líquida de emprego registada no período compreendido entre 1998 e 2008 se deve sobretudo ao aumento do emprego feminino, seja o aumento das pessoas empregadas com habilitações de nível superior, em particular das mulheres, que justifica em boa medida o crescimento global registado no emprego em Portugal durante estes anos.

**Figura 3.1.1.** Criação líquida de emprego entre 1998 e 2008, segundo o género, na população empregada total e na população com o ensino superior



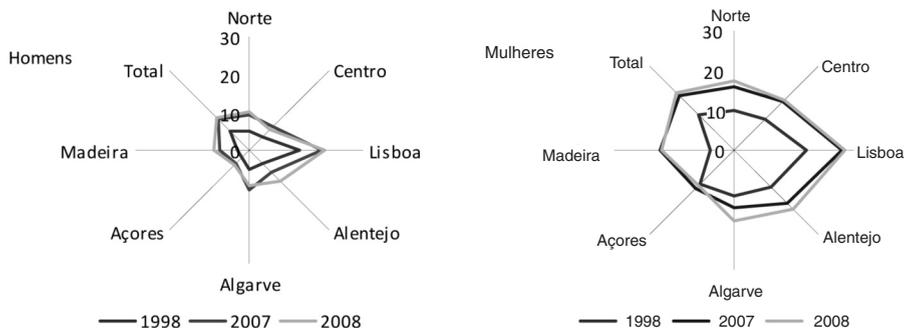
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Em termos regionais, destaca-se naturalmente a região de Lisboa como aquela com maior percentagem de homens e, também de mulheres com o ensino superior (respectivamente, 19,9 % e 27,8 %, em 2008). Segue-se a região do Alentejo, mas já a uma distância considerável de Lisboa, com 11,3 % do emprego masculino e 20,9 % do feminino a ser protagonizado por pessoas com uma habilitação de nível superior.

<sup>4</sup> Percentagem da população com 18 a 24 anos no máximo com o ensino secundário e que não se encontram nem a estudar nem no sistema de formação.

Como já foi referido, a percentagem de mulheres empregadas com o ensino superior é maior do que a dos homens, sendo este facto visível em todas as regiões do país. Em 2008, observa-se que o diferencial entre homens e mulheres é mais elevado no Centro (10 p.p.), no Alentejo (9,6 p.p.), seguindo-se depois a Madeira (8,6 p.p.) e o Algarve (8,5 p.p.).

**Figura 3.1.2.** Percentagem da população empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada em cada região, segundo o género e a NUT II (1998 e 2008)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Se observarmos os dados dos Quadros de Pessoal de 2007, constatamos, igualmente, a predominância em todas as regiões das mulheres trabalhadoras por conta de outrem com o ensino superior, face ao total de TCO. A região de Lisboa destaca-se de forma particular, com 21,2 % do total de mulheres TCO a possuírem uma formação de nível superior, mais 8,9 p.p. face à região Norte, onde se regista a segunda percentagem mais elevada de mulheres TCO com esse nível de ensino.

**Quadro 3.1.2.** TCO com habilitação superior no total de TCO, segundo as regiões e o género (2007)

Região	TCO			TCO com Habilitação Superior		% de TCO com Habilitação Superior no Total de TCO
	Homens/ Mulheres	N.º	%	N.º	%	%
Norte	Homens	577 054	19,4 %	48 296	13,1 %	8,4 %
	Mulheres	458 252	15,4 %	56 761	15,3 %	12,4 %
Algarve	Homens	75 998	2,6 %	5302	1,4 %	7,0 %
	Mulheres	64 211	2,2 %	6971	1,9 %	10,9 %
Centro	Homens	326 457	11,0 %	26 529	7,2 %	8,1 %
	Mulheres	265 697	8,9 %	33 458	9,0 %	12,6 %
Lisboa	Homens	489 951	16,5 %	80 249	21,7 %	16,4 %
	Mulheres	417 892	14,1 %	88 791	24,0 %	21,2 %
Alentejo	Homens	95 922	3,2 %	6436	1,7 %	6,7 %
	Mulheres	77 468	2,6 %	7925	2,1 %	10,2 %
Açores	Homens	32 695	1,1 %	1892	0,5 %	5,8 %
	Mulheres	22 222	0,7 %	2001	0,5 %	9,0 %
Madeira	Homens	37 773	1,3 %	2492	0,7 %	6,6 %
	Mulheres	28 450	1,0 %	2880	0,8 %	10,1 %
<b>Total Nacional</b>		<b>2 970 042</b>	<b>100,0 %</b>	<b>369 983</b>	<b>100,0 %</b>	<b>12,5 %</b>

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

Nas diferentes regiões do país o peso das mulheres TCO com habilitação superior no total de TCO do mesmo sexo é sempre superior à registada no caso dos homens. Neste âmbito, as maiores diferenças entre a percentagem feminina e masculina de TCO com o ensino superior verifica-se, precisamente, nas regiões de Lisboa e do Norte (+ 2,3 p.p.), seguidas pela região Centro (+ 1,9 p.p.).

### 3.2. Grupos etários

A população empregada com habilitação superior assume especial expressão no grupo etário dos 25 aos 34 anos (24,4 % em 2008), face ao que sucede na generalidade da população empregada. Entre 1998 e 2008, verifica-se um aumento da proporção da população empregada com o ensino superior em todos os escalões etários, sendo, no entanto, mais evidente no escalão etário dos 25 aos 34 anos (+ 11,9 p.p. entre 1998 e 2008), reflectindo assim a entrada

crecente de novos diplomados do ensino superior na última década na população empregada.

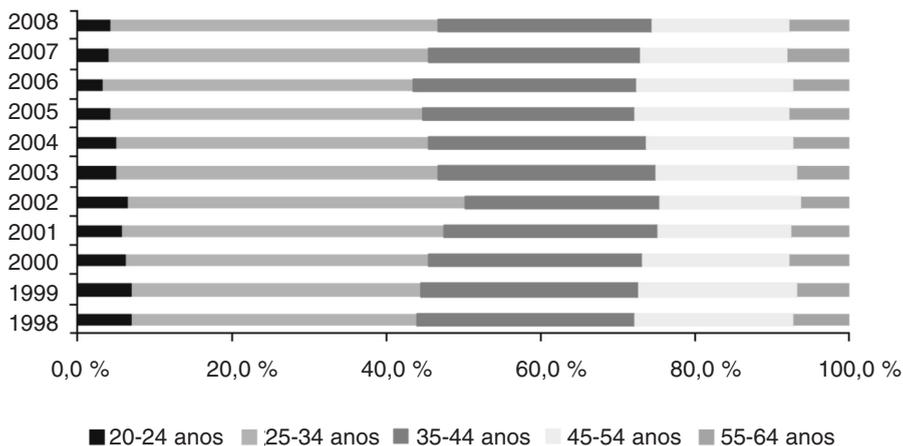
**Quadro 3.2.1.** População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, por grupo etário (1998-2008)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	9,6 %	10,1 %	10,2 %	10,6 %	10,7 %	12,2 %	14,2 %	14,4 %	14,8 %	15,2 %	16,0 %
20-24 anos	6,0 %	6,5 %	6,2 %	6,1 %	7,2 %	6,7 %	8,3 %	7,2 %	6,2 %	8,3 %	9,3 %
25-34 anos	12,6 %	13,4 %	14,0 %	15,4 %	16,4 %	17,9 %	19,8 %	20,3 %	21,0 %	22,5 %	24,4 %
35-44 anos	10,2 %	10,5 %	10,4 %	10,8 %	9,9 %	12,6 %	14,4 %	14,5 %	15,4 %	14,9 %	16,0 %
45-54 anos	9,1 %	9,5 %	8,8 %	8,1 %	8,7 %	10,0 %	11,9 %	12,5 %	12,9 %	12,4 %	11,8 %
55-64 anos	5,7 %	5,6 %	6,5 %	6,7 %	5,5 %	6,5 %	8,3 %	8,9 %	8,6 %	9,2 %	9,4 %

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A estrutura etária da população empregada com o ensino superior sobre o total de empregados com o ensino superior, mostra-nos ainda uma maior expressão para o grupo etário entre os 25 e os 34 anos, que ultrapassa em regra os 40 % do total, sendo seguido pelo grupo dos 35 aos 44 anos, também com valores que variam entre os 27 % e 29 %. Refira-se mesmo que o grupo etário dos 25 aos 34 anos foi o único a apresentar um acréscimo de 5,5 p.p. entre 1998 e 2008 no total de licenciados.

**Figura 3.2.1.** Estrutura etária da população empregada com habilitação superior no total da população empregada com o ensino superior (1998-2008)

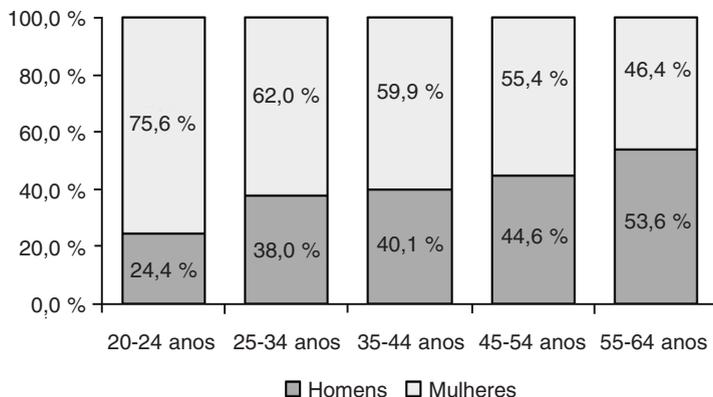


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Importa ainda referir que, o peso da população empregada com o ensino superior com idade superior a 45 anos assume um peso substancialmente inferior ao registado no total da população empregada (menos 12 p.p em 2008), sendo essa diferença de + 14,7 % no grupo etário dos 25 aos 34 anos. Reflecte, deste modo, o facto das gerações mais velhas terem tido menos oportunidades de prosseguir os seus estudos até ao ensino superior.

Na generalidade dos grupos etários verifica-se uma predominância das mulheres face aos homens, em todos os anos considerados, com particular destaque para os grupos mais jovens. Na realidade, a diferença na proporção de homens e mulheres vai-se reduzindo à medida que avançamos nos grupos etários, constatando-se inclusive que, nos trabalhadores que possuem entre os 55 e os 64 anos, a repartição é mais favorável para os homens.

**Figura 3.2.2.** Estrutura da população empregada com habilitação superior em cada grupo etário, segundo o género (2008)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No entanto, numa análise por regiões e grupos etários, revela-se que apenas Lisboa, o Centro e o Norte é que têm a maior percentagem de população empregada com habilitação superior até aos 34 anos, enquanto nas restantes regiões a maior percentagem encontra-se no grupo dos 35 aos 44 anos. Neste contexto, ( $\leq 34$  anos) destaca-se, em particular, a região de Lisboa, onde a percentagem de população empregada com habilitação superior no total da população empregada se situou nos 2,6 %, em 2008.

**Quadro 3.2.2.** População empregada com habilitação superior no total da população empregada, por regiões e grupo etário (2008)

População empregada				População empregada com habilitação superior		População empregada com habilitação superior no total de população empregada
Região	Idade	N.º	%	N.º	%	%
Norte	<= 34 anos	610,9	12,7 %	68,2	8,9 %	1,4 %
	35-44 anos	475,6	9,9 %	59,9	7,8 %	1,2 %
	>= 45 anos	595,0	12,4 %	54,9	7,1 %	1,1 %
Algarve	<= 34 anos	64,2	1,3 %	5,2	0,7 %	0,1 %
	35-44 anos	54,0	1,1 %	8,2	1,1 %	0,2 %
	>= 45 anos	74,4	1,5 %	6,6	0,9 %	0,1 %
Centro	<= 34 anos	373,8	7,8 %	41,7	5,4 %	0,9 %
	35-44 anos	292,9	6,1 %	33,6	4,4 %	0,7 %
	>= 45 anos	443,4	9,2 %	24,7	3,2 %	0,5 %
Lisboa	<= 34 anos	445,6	9,3 %	125,4	16,3 %	2,6 %
	35-44 anos	356,5	7,4 %	88,2	11,5 %	1,8 %
	>= 45 anos	481,2	10,0 %	91,2	11,9 %	1,9 %
Alentejo	<= 34 anos	109,3	2,3 %	11,8	1,5 %	0,2 %
	35-44 anos	87,0	1,8 %	15,3	2,0 %	0,3 %
	>= 45 anos	121,5	2,5 %	12,7	1,6 %	0,3 %
Açores	<= 34 anos	44,5	0,9 %	1,7	0,2 %	0,0 %
	35-44 anos	29,1	0,6 %	2,8	0,4 %	0,1 %
	>= 45 anos	32,2	0,7 %	2,3	0,3 %	0,0 %
Madeira	<= 34 anos	43,2	0,9 %	3,9	0,5 %	0,1 %
	35-44 anos	32,9	0,7 %	5,2	0,7 %	0,1 %
	>= 45 anos	36,2	0,8 %	2,8	0,4 %	0,1 %
<b>Total</b>		4803,2	100,0 %	767,7	100,0 %	16,0 %

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

### 3.3. Situação na profissão e tipo de contrato de trabalho

Quanto à situação na profissão, verifica-se que a proporção da população empregada com nível de habilitação superior apresenta uma tendência de crescimento em todas as situações, ao longo dos anos analisados.

A maioria da população empregada com habilitações de nível superior corresponde a TCO, tal como na população total, embora de forma mais expressiva no primeiro caso. Efectivamente, em 2008, enquanto os TCO representam cerca de 80 % do emprego total, nos TCO que possuem o ensino superior esse valor ascende a 88,6 % mantendo-se estas proporções ao longo dos anos anteriores. Em contrapartida, a população empregada com o ensino

superior encontra-se fortemente sub-representada nos trabalhadores por conta própria e também nas situações de trabalho familiar não remunerado e outras, embora neste último caso a diferença não seja tão expressiva.

Esta situação explica que o peso da população empregada com o ensino superior no total de TCO (17,7 % em 2008) seja superior ao que é registado no emprego total. Em contrapartida, esse peso é particularmente baixo nos trabalhadores por conta própria, onde não ultrapassa os 9,4 %. No mesmo ano, as situações de trabalho familiar não remunerado e outros casos são segmentos com uma reduzida expressão.

**Quadro 3.3.1.** População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo a situação na profissão (1998-2008)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	9,6 %	10,1 %	10,2 %	10,6 %	10,7 %	12,2 %	14,2 %	14,4 %	14,8 %	15,2 %	16,0 %
Conta de outrem	11,3 %	11,9 %	12,0 %	12,3 %	12,4 %	14,1 %	16,1 %	16,3 %	16,4 %	16,7 %	17,7 %
Sem Termo	11,2 %	11,7 %	11,8 %	12,1 %	11,7 %	13,6 %	15,6 %	15,8 %	15,9 %	16,2 %	16,6 %
Com termo	14,1 %	14,1 %	15,3 %	14,8 %	16,4 %	17,5 %	20,0 %	19,3 %	19,0 %	18,8 %	21,1 %
Outros	8,0 %	9,4 %	6,6 %	8,7 %	11,3 %	11,1 %	13,6 %	14,2 %	15,9 %	17,0 %	22,0 %
Conta própria	4,8 %	4,7 %	4,8 %	5,1 %	4,9 %	6,0 %	7,3 %	7,4 %	8,6 %	9,2 %	9,4 %
Familiar não remunerado e outros casos	2,7 %	2,7 %	2,6 %	4,7 %	6,8 %	6,9 %	6,7 %	9,0 %	8,1 %	11,5 %	4,5 %

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Nos TCO deve-se, ainda, referir que, embora os contratos sem termo quer no total de TCO, quer nos que têm um diploma do ensino superior, apresentem sempre valores superiores ao total da população empregada, a proporção dos empregados com contratos com termo e habilitação superior face ao respectivo peso no emprego total é a que regista valores mais significativos face às restantes formas de contratação.

O peso dos TCO com habilitação superior e contratos de trabalho com termo apresentaram uma tendência decrescente entre 2005 e 2007, que foi interrompida em 2008, fruto da crise económica que se instalou. O peso dos TCO habilitados com ensino superior com outras formas de contratação, nomeadamente, a recibo ou trabalho sazonal ou pontual, apresenta uma tendência crescente, sendo mesmo em 2008, aquela que tem maior expressão.

Os dados dos Quadros de Pessoal permitem, por seu turno, confirmar também que a grande maioria dos TCO com formação superior têm um contrato sem termo (69,9 %), tal como a generalidade dos TCO (69,7 %).

**Quadro 3.3.2.** TCO com habilitação superior no total de TCO segundo o tipo de contrato de trabalho (2007)

TCO			TCO com Habilitação Superior		TCO com Habilitação Superior no Total de TCO
Tipo de contrato	N.º	%	N.º	%	%
Contrato sem termo (permanente)	2 030 641	69,7 %	258 768	69,9 %	12,7 %
Contrato a termo	763 546	26,2 %	99 882	27,0 %	13,1 %
Contrato de trabalho a termo para cedência temporária	19 752	0,7 %	1229	0,3 %	6,2 %
Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária	57 886	2,0 %	4372	1,2 %	7,6 %
Ignorado	38 083	1,3 %	5426	1,5 %	14,2 %
Não enquadrável	4768	0,2 %	306	0,1 %	6,4 %
<b>Total geral</b>	<b>2 914 676</b>	<b>100,0 %</b>	<b>369 983</b>	<b>100,0 %</b>	<b>12,7 %</b>

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

### 3.4. As actividades económicas onde se integra a população empregada com habilitação superior

Em praticamente todas as actividades económicas observa-se um crescimento da proporção de pessoas empregadas com o ensino superior, entre 1998 e 2008. As actividades ligadas à “educação”, às “actividades financeiras”, às “actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas” e à “saúde e acção social” são as que registam uma percentagem mais elevada da população empregada com o ensino superior, sendo este facto visível em todos os anos em análise.

**Quadro 3.4.1.** População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo a actividade económica (1998-2008)

Actividade principal (CAE. Rev 2)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	9,6 %	10,1 %	10,2 %	10,6 %	10,7 %	12,2 %	14,2 %	14,4 %	14,8 %	15,2 %	16,0 %
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0,5 %	0,4 %	0,8 %	0,9 %	1,1 %	1,2 %	1,4 %	1,5 %	1,7 %	2,4 %	2,4 %
Pesca	1,1 %	0,0 %	0,0 %	0,8 %	2,0 %	0,9 %	1,0 %	0,0 %	2,3 %	1,0 %	2,9 %
Indústrias extractivas	1,1 %	0,5 %	2,2 %	5,9 %	10,2 %	6,6 %	2,0 %	6,6 %	5,4 %	3,8 %	7,1 %
Indústrias transformadoras	2,9 %	3,4 %	3,8 %	3,8 %	3,8 %	4,8 %	4,8 %	5,5 %	5,6 %	5,6 %	6,3 %
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	9,6 %	7,1 %	6,7 %	5,7 %	10,0 %	12,0 %	13,9 %	14,9 %	11,0 %	12,5 %	21,6 %
Construção	2,4 %	2,0 %	2,1 %	3,3 %	3,1 %	2,9 %	3,9 %	3,9 %	3,9 %	4,2 %	4,1 %
Comércio por grosso e a retalho, reparação	3,6 %	2,9 %	2,8 %	3,8 %	3,8 %	4,1 %	5,8 %	6,2 %	6,9 %	8,3 %	8,6 %
Alojamento e restauração	1,4 %	2,4 %	2,0 %	1,5 %	2,7 %	2,7 %	3,7 %	3,7 %	3,0 %	4,0 %	4,1 %
Transportes, armazenagem e comunicações	9,6 %	9,6 %	9,0 %	8,6 %	7,7 %	10,6 %	12,4 %	13,5 %	14,9 %	13,6 %	12,7 %
Actividades financeiras	22,4 %	27,5 %	27,9 %	23,5 %	27,5 %	34,9 %	32,9 %	35,4 %	41,1 %	43,3 %	46,2 %
Actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas	25,9 %	25,5 %	25,4 %	25,2 %	27,4 %	31,3 %	31,6 %	33,5 %	33,6 %	31,0 %	36,7 %
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	13,0 %	15,4 %	15,8 %	14,9 %	15,5 %	18,5 %	21,1 %	20,2 %	20,8 %	22,0 %	20,0 %
Educação	57,2 %	56,8 %	55,9 %	55,1 %	53,7 %	58,0 %	63,0 %	61,3 %	60,7 %	60,1 %	61,6 %
Saúde e acção social	28,3 %	27,3 %	29,1 %	30,8 %	29,3 %	29,8 %	35,0 %	33,7 %	33,2 %	34,6 %	34,3 %
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	7,0 %	7,5 %	9,5 %	11,7 %	12,8 %	14,1 %	13,9 %	11,7 %	15,0 %	16,4 %	15,1 %
Famílias com empregados domésticos	0,0 %	0,1 %	0,0 %	0,2 %	0,4 %	1,1 %	1,3 %	0,8 %	0,5 %	2,0 %	1,7 %
Organismos internacionais e outras inst. extraterritoriais	25,7 %	16,6 %	6,0 %	15,5 %	11,7 %	42,6 %	44,8 %	41,4 %	30,7 %	23,0 %	22,5 %

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

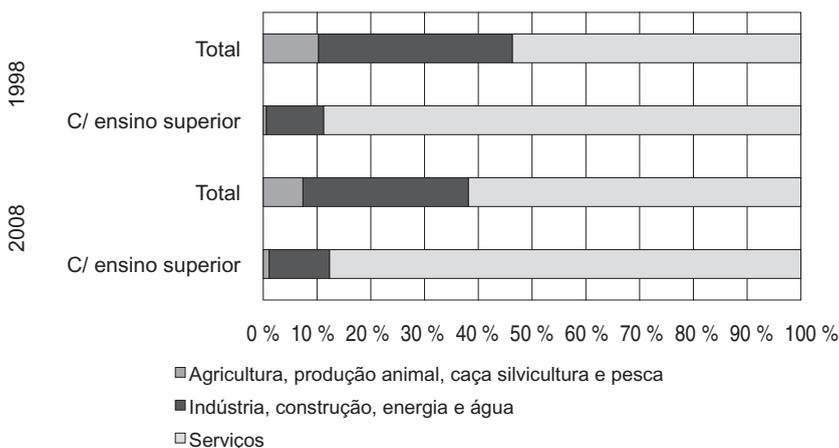
**Figura 3.4.1.** População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo a actividade económica (2008)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

É nas “actividades financeiras” que se verifica o maior crescimento da proporção de habilitados com o ensino superior, que passou de 22,4 %, em 1998, para 46,2 % em 2008. Regra geral, as actividades onde é menor a percentagem de população empregada com o ensino superior, como a “agricultura e a pesca”, a “indústria transformadora” e a “construção” são também aquelas onde se regista um crescimento mais baixo ao longo dos anos.

O emprego dos que possuem o ensino superior encontra-se, assim, particularmente concentrado no sector terciário, assim como grande parte do emprego total, embora de forma menos acentuada. Essa tendência tem-se mantido praticamente inalterada ao longo dos últimos anos.

**Figura 3.4.2.** Estrutura sectorial do emprego dos que possuem uma habilitação de nível superior e no total (1998 e 2008)

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A maior importância dos serviços no emprego dos diplomados do ensino superior pode ser explicada, em grande medida, pela natureza de boa parte dessas actividades, que exigem uma maior presença de mão-de-obra com formação superior. Os serviços de “educação” e de “saúde e acção social”, que registam uma proporção especialmente elevada de população empregada com esse nível de habilitação, constituem exemplos claros desse facto.

Os dados dos Quadros de Pessoal convergem com os do INE, com cerca de 85 % dos TCO com habilitação superior a estarem integrados no sector dos serviços. Este valor é, contudo, inferior ao registado anteriormente a partir do Inquérito ao Emprego, o que se explica fundamentalmente pelo primeiro abranger, apenas, TCO e o segundo toda a população empregada e ainda porque, os Quadros de Pessoal cobrem de forma limitada a Administração Pública.

**Quadro 3.4.2.** TCO com habilitação superior no total de TCO segundo o sector de actividade (2007)

Sector de Actividade (CAE. Rev 2)	TCO		TCO com Habilitação Superior		TCO com Habilitação Superior no Total de TCO
	N.º	%	N.º	%	%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	47 074	1,8 %	2217	0,7 %	4,7 %
Pesca	7147	0,3 %	185	0,1 %	2,6 %
Indústrias extractivas	11 246	0,4 %	562	0,2 %	5,0 %
Indústrias transformadoras	637 293	24,7 %	42 552	13,1 %	6,7 %
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	12 816	0,5 %	3007	0,9 %	23,5 %
Construção	308 384	12,0 %	25 391	7,8 %	8,2 %
Comércio por grosso e a retalho	483 162	18,7 %	43 932	13,5 %	9,1 %
Alojamentos e restauração	172 944	6,7 %	5637	1,7 %	3,3 %
Transportes, armazenagem e comunicações	142 125	5,5 %	18 418	5,7 %	13,0 %
Actividades financeiras	79 103	3,1 %	31 840	9,8 %	40,3 %
Actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas	332 972	12,9 %	62 107	19,1 %	18,7 %
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	28 590	1,1 %	8019	2,5 %	28,0 %
Educação	65 437	2,5 %	29 613	9,1 %	45,3 %
Saúde e acção social	161 282	6,3 %	35 072	10,8 %	21,7 %
Outras actividades de serviços prestados às empresas	88 780	3,4 %	16 860	5,2 %	19,0 %
<b>Total geral</b>	<b>2 578 355</b>	<b>100,0 %</b>	<b>325 412</b>	<b>100,0 %</b>	<b>12,6 %</b>

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

Os sectores de actividade onde se obtém a maior prevalência de TCO com habilitação superior são as “actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas (19,1 %), o “comércio por grosso e a retalho” (13,5 %), as “indústrias transformadoras” (13,1 %) e a “saúde e acção social” (10,8 %).

Relativamente ao total de TCO em cada uma das actividades, verifica-se que a maior percentagem de TCO habilitados com o ensino superior se encontra na “educação” (45,3 %), na “administração pública, defesa e segurança social obrigatória” (28 %), na “produção e distribuição de electricidade, gás e água” (23,5 %) e na “saúde e acção social” (21,7 %). Também aqui são sobretudo as actividades ligadas ao sector primário e secundário onde o peso do TCO com habilitações de nível superior é mais reduzido.

### **3.5. As profissões e qualificações da população empregada com habilitação superior**

Na generalidade das profissões também se observou um aumento da proporção de pessoas com habilitação superior. Entre 1998 e 2008, com excepção das “forças armadas”, onde o peso relativo aumentou 15,8 p.p. e dos “especialistas das profissões intelectuais e científicas” que apresentaram apenas um acréscimo de 1,6 p.p., os maiores aumentos verificados observam-se em profissões onde a percentagem de empregados com ensino superior já era elevada – “quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas” e “técnicos e profissionais de nível” (+ 10,5 p.p., em ambos os casos).

**Quadro 3.5.1.** População empregada com habilitação superior em relação ao total da população empregada, segundo as profissões (1998-2008)

Profissão principal (CNP)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	9,6 %	10,1 %	10,2 %	10,6 %	10,7 %	12,2 %	14,2 %	14,4 %	14,8 %	15,2 %	16,0 %
Quadros superiores adm. públ., dirigentes e quadros sup. empresas	10,8 %	10,1 %	9,9 %	11,0 %	10,9 %	16,2 %	16,1 %	15,9 %	19,5 %	20,5 %	21,3 %
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	89,0 %	85,4 %	86,5 %	86,7 %	87,4 %	88,1 %	89,6 %	91,2 %	91,3 %	91,6 %	90,7 %
Técnicos e profissionais de nível intermédio	25,0 %	27,0 %	27,5 %	26,6 %	27,3 %	29,3 %	31,8 %	29,7 %	31,3 %	34,0 %	35,5 %
Pessoal administrativo e similares	5,5 %	5,5 %	5,5 %	4,8 %	6,6 %	8,9 %	8,8 %	9,8 %	9,6 %	11,7 %	13,3 %
Pessoal dos serviços e vendedores	1,3 %	1,7 %	1,6 %	1,6 %	1,8 %	2,0 %	3,0 %	2,7 %	2,9 %	3,5 %	3,9 %
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	0,1 %	0,1 %	0,3 %	0,3 %	0,5 %	0,7 %	0,7 %	0,4 %	0,5 %	0,7 %	0,5 %
Operários, artífices e trabalhadores similares	0,1 %	0,2 %	0,4 %	0,5 %	0,5 %	0,5 %	0,5 %	0,6 %	0,8 %	0,8 %	0,8 %
Operadores de instalação e máquinas e trabalhadores de montagem	0,2 %	0,1 %	0,2 %	0,4 %	0,4 %	0,4 %	0,4 %	0,5 %	0,6 %	0,6 %	0,6 %
Trabalhadores não qualificados	0,2 %	0,2 %	0,2 %	0,5 %	0,8 %	0,5 %	0,9 %	1,2 %	1,3 %	1,1 %	1,5 %
Forças armadas	9,1 %	10,5 %	13,8 %	12,2 %	6,9 %	13,7 %	14,8 %	15,8 %	13,4 %	20,7 %	24,9 %

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

O emprego dos detentores do ensino superior concentra-se, em 2008, nas profissões de maior qualificação (cerca de 84,3 % do total), em particular nos “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (90,7 %) e nos “técnicos e profissionais de nível intermédio” (35,5 %), seguidos pelos “quadros superiores da administração pública e das empresas” (21,3 %). Face a 1998 regista-se uma ligeira diversificação da inserção profissional dos empregados com o ensino superior, nomeadamente com o crescimento do “pessoal administrativo” (+ 7,8 p.p entre 1998 e 2008, passando para 13,3 % neste último ano) e do “pessoal dos serviços e vendedores” (+ 2,6 p.p., mas atingindo apenas 3,9 % do emprego total dos que detêm uma habilitação superior). No entanto, os três grupos profissionais mais qualificados referidos continuam a dominar claramente a inserção profissional desta mão-de-obra mais qualificada.

**Quadro 3.5.2.** Estrutura profissional do emprego dos que possuem uma habilitação de nível superior e no total (1998 e 2008)

Níveis de Qualificação	1998		2008	
	C/ Ensino Superior	Total	C/ Ensino Superior	Total
Quadros superiores adm. púb., dirigentes e quadros sup. empresas	35,7	330,4	63,8	299,2
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	259,1	291,1	415,2	457,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	90,8	363,1	168,0	473,2
Pessoal administrativo e similares	23,3	427,1	62,7	472,8
Pessoal dos serviços e vendedores	7,7	599,3	29,3	752,1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	0,4	375,7	1,7	325,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	1,4	1 029,1	7,9	973,7
Operadores de instalação e máquinas e trabalhadores de montagem	0,7	396,9	2,3	381,0
Trabalhadores não qualificados	1,3	566,1	9,2	636,9
Forças Armadas	3,3	36,6	7,6	30,7
<b>Total</b>	<b>423,8</b>	<b>4 415,2</b>	<b>767,8</b>	<b>4 803,3</b>

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A informação dos Quadros de Pessoal por profissões vai no mesmo sentido dos dados do Inquérito ao Emprego do INE. De facto, e relativamente a cada um dos níveis de qualificação, observa-se serem os “quadros superiores” (72 %), os “quadros médios” (55,1 %) e os “profissionais altamente qualificados” (29,2 %), os que apresentam maiores percentagens de pessoas com o ensino superior face ao total de TCO.

**Quadro 3.5.3.** TCO com habilitação superior no total de TCO segundo os níveis de qualificação (2007)

Níveis de Qualificação	TCO		TCO com Habilitação Superior		TCO com Habilitação Superior no Total de TCO
	N.º	%	N.º	%	%
Quadros Superiores	193 117	6,6 %	139 065	37,6 %	72,0 %
Quadros Médios	132 404	4,5 %	72 959	19,7 %	55,1 %
Encarregados, Contra mestres, Mestres e Chefes de Equipa	107 345	3,7 %	10 611	2,9 %	9,9 %
Profissionais Altamente Qualificados	209 752	7,2 %	61 303	16,6 %	29,2 %
Profissionais Qualificados	1 140 154	39,1 %	54 875	14,8 %	4,8 %
Profissionais Semiquificados	474 022	16,3 %	6073	1,6 %	1,3 %
Profissionais não Qualificados	382 054	13,1 %	3245	0,9 %	0,8 %
Praticantes e Aprendizés	117 561	4,0 %	5285	1,4 %	4,5 %
Ignorado	158 267	5,4 %	16 567	4,5 %	10,5 %
<b>Total geral</b>	<b>2 914 676</b>	<b>100,0</b>	<b>369 983</b>	<b>100,0 %</b>	<b>12,7 %</b>

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

Note-se ainda que, no período entre 1998 e 2007, se regista um aumento, lento, mas sistemático em todos os anos, dos TCO nos níveis de qualificação mais elevados quadros superiores, quadros intermédios, encarregados, contra mestres e chefes de equipa e dos profissionais altamente qualificados), passando de 17,8 % para 20,8 % entre esses anos (+ 3 p.p.). Para este aumento contribuiu, de forma decisiva, a inserção de diplomados com o ensino superior no mercado de trabalho.

### 3.6. Remunerações

Com base no Inquérito ao Emprego do INE, em 2008, cerca de 17,5 % dos TCO a tempo completo possuem habilitação superior (12,6 % os homens e 23,6 % as mulheres), considerando a faixa etária até aos 64 anos. Se analisarmos esta proporção de TCO por níveis de remuneração, facilmente se constata que é nos escalões salariais mensais líquidos acima dos 1200 € que os TCO habilitados com o ensino superior se encontram mais significativa e crescentemente representados (59,2 % entre os 1200 € e 1800 €; 75,8 % entre 1800 € e 2500 €; 83,8 % entre 2500 € e 3000 € e 85 % acima dos 3000 €).

**Quadro 3.6.1.** Percentagem de TCO a tempo completo com habilitação superior no total de TCO, segundo o escalão salarial mensal líquido, escalão etário e sexo em 2008

Escalão Salarial Mensal Líquido	%																								
	< 600 euros			> 600 < 900 euros			> 900 < 1200 euros			> 1200 < 1800 euros			> 1800 < 2500 euros			> 2500 < 3000 euros			> 3000 euros			Total			
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
<b>Total</b>	2,3	1,5	2,9	9,4	4,4	19,0	33,6	17,1	60,3	59,2	40,9	81,0	75,8	65,6	89,9	83,8	80,9	91,5	85,0	82,4	93,0	17,5	12,5	23,5	
< 24 anos	1,5	0,4	3,0	12,3	4,9	27,0	50,4	24,0	83,1	74,1	72,1	78,6	58,6	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	12,8
25 a 34 anos	5,7	4,4	6,7	18,9	9,2	34,7	54,5	31,2	82,0	72,1	55,8	92,5	80,3	70,2	100,0	93,8	91,8	100,0	83,0	85,8	77,8	24,3	17,1	32,5	
35 a 44 anos	0,9	0,5	1,2	5,7	2,6	11,8	30,1	14,5	60,0	62,6	40,3	85,3	72,1	62,5	89,6	92,6	90,9	97,1	91,6	89,2	99,1	17,6	12,6	23,3	
45 a 54 anos	0,5	0,1	0,8	2,3	1,6	3,9	12,6	6,3	24,7	49,9	32,7	72,5	78,1	68,9	88,6	63,0	60,9	70,4	80,4	77,7	91,1	14,2	11,2	17,9	
55 a 64 anos	0,1	0,3	0,0	1,0	0,3	2,6	10,0	6,7	18,3	42,8	30,3	59,7	72,6	60,0	86,3	87,9	82,8	97,0	86,0	81,5	100,0	13,4	10,9	16,8	

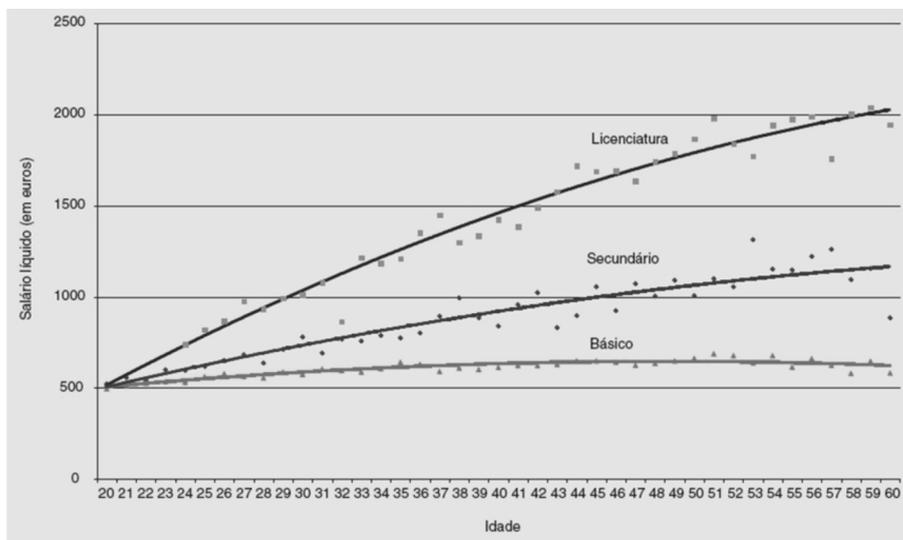
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Atente-se, contudo que, no caso das mulheres, o escalão salarial mensal líquido entre os 900 € e os 1200 € regista 60,3 % de habilitadas com o ensino superior, enquanto para os homens só se verifica uma percentagem superior, 65,6 % num escalão mais elevado, o dos 1800 € aos 2500 €.

Por grupo etário, registre-se que é, em geral, decrescente a percentagem de TCO com o ensino superior com o aumento da idade, sendo esta tendência sobretudo notória nos quatro primeiros escalões salariais, isto é, até aos 1800 €. Ou seja, em regra, à medida que vamos avançando na idade, menor é o peso de pessoas com o ensino superior em escalões salariais mais baixos.

Através da leitura do gráfico, confirma-se que a diferença salarial ao nível das habilitações cresce conforme aumenta a idade do empregado. Essa diferença é particularmente visível para os habilitados com o ensino superior, chegando mesmo a ser quatro vezes superior. Os habilitados com o ensino básico são aqueles que, ao longo do seu ciclo de vida, vêm o salário aumentar em menor proporção.

**Figura 3.6.1.** Perfil de salários ao longo do ciclo de vida segundo os níveis de escolarização



Fonte: Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, 2007.

Uma breve análise à distribuição dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo, em cada escalão salarial, por nível de habilitação, escalão etário e sexo, em 2008, permite-nos confirmar que os habilitados com o ensino básico se situam predominantemente nos escalões mais baixos. O inverso sucede aos habilitados com o ensino superior, figurando os detentores do ensino secundário numa posição intermédia, com percentagens que revelam as mais baixas amplitudes, crescentes nos três primeiros escalões e decrescendo nos seguintes.

**Quadro 3.6.2.** Distribuição dos TCO a tempo completo, segundo o escalão de ganho salarial líquido, por nível de habilitação e sexo em 2008

Escalão Salarial Mensal Líquido	%																		
	< 600 euros		> 600 < 900 euros		> 900 < 1200 euros		> 1200 < 1800 euros		> 1800 < 2500 euros		> 2500 < 3000 euros		> 3000 euros						
	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M					
Nível de Escolaridade/Sexo																			
Ensino Básico	84,3	82,1	69,4	50,1	43,2	58,1	19,0	35,1	6,5	10,2	16,5	1,4	4,5	4,9	3,6	4,6	3,8	7,0	
Ensino Secundário	13,4	11,2	21,1	16,0	23,2	24,8	20,7	18,8	24,0	12,5	14,0	17,9	8,7	11,6	14,2	4,9	10,4	13,8	0,0
Ensino Superior	2,3	1,5	9,4	4,4	33,6	17,1	60,3	59,2	40,9	81,0	75,8	65,6	89,9	83,8	80,9	91,5	85,0	82,4	93,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Os dados dos Quadros de Pessoal também evidenciam que os níveis salariais dos TCO detentores de ensino superior são muito superiores aos dos da generalidade dos TCO.

**Quadro 3.6.3.** Índices das Remunerações Médias Mensais (Ganho), segundo os níveis de habilitações literárias e sexo

Portugal	2007		
Níveis de habilitações literárias	Remuneração Média Mensal (Ganho)		
	Índices total = 100		
	Homem	Mulher	Total
Inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico	60,6	64,1	62,8
Ensino Básico	78,3	73,9	77,6
Ensino Secundário	114,6	105,3	109,0
Ensino pós Secundário não Superior Nível IV	106,8	113,7	109,0
Bacharelato	191,1	166,3	176,9
Licenciatura	219,1	188,4	198,7
Mestrado	216,4	197,1	205,8
Doutoramento	248,9	216,9	235,5
Ignorada	66,0	70,3	68,7
<b>Total</b>	100,00	100,00	100,00

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

Com efeito, o ganho médio mensal dos TCO com habilitação superior foi, em Outubro de 2007, cerca de 77 % superior ao do total dos TCO no caso do bacharelato (91 % os homens e 66 % as mulheres), 99 % superior para os detentores de licenciatura (119 % os homens e 88 % as mulheres), 106 % maior no mestrado (116 % os homens e 97 % as mulheres) e 136 % melhor para o doutoramento (149 % os homens e cerca de 117 % as mulheres).

**Quadro 3.6.4.** Remunerações Médias Mensais (Ganho) e diferenças Mulher/Homem segundo os níveis de habilitações literárias

Portugal	2007			
	Remuneração Média Mensal (Ganho)			Diferença Mulher/Homem
	Euros			
	Homem	Mulher	Total	%
Inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico	649,56	532,52	607,68	18,0
Ensino Básico	839,86	614,59	751,24	26,8
Ensino Secundário	1 229,48	875,10	1 055,27	28,8
Ensino pós Secundário não Superior Nível IV	1 145,49	945,41	1 055,43	17,5
Bacharelato	2 049,42	1 382,36	1 712,58	32,5
Licenciatura	2 349,76	1 566,09	1 923,35	33,4
Mestrado	2 320,88	1 638,47	1 992,47	29,4
Doutoramento	2 670,16	1 802,24	2 279,62	32,5
Ignorada	707,97	584,01	664,82	17,5
<b>Total</b>	<b>1 072,61</b>	<b>831,30</b>	<b>968,17</b>	<b>22,5</b>

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

Registe-se ainda que, as mulheres auferiram ganhos médios mensais inferiores aos dos homens em todos os níveis de habilitações literárias, sendo a *diferença* entre homens e mulheres menor no ensino pós secundário não superior nível IV (17,5 %) e maior na licenciatura (33,4 %).

**Quadro 3.6.5.** Proporção do ganho dos habilitados com o Ensino Superior face aos com habilitação inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico

Portugal	2007		
	Homem	Mulher	Total
<b>Percentagem do ganho dos habilitados com o Ensino Superior face aos com habilitação inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico</b>			
Bacharelato/inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico	315,51	259,59	281,82
Licenciatura/inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico	361,75	254,82	256,02
Mestrado/inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico	357,30	307,68	327,88
Doutoramento/inferior ao 1.º Ciclo do Ensino Básico	411,07	338,55	375,14

Fonte: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal.

A amplitude salarial, avaliada pela relação entre o ganho do “doutorado” (nível de habilitação mais elevado) e o do possuidor do nível de habilitação literária mais baixo (“inferior ao 1.º ciclo do ensino básico”) é nos homens significativamente maior do que nas mulheres (4,1 vezes contra 3,4).

Em Outubro de 2007, a evolução do ganho médio mensal para o total dos TCO foi de 3,1 % tendo, portanto, havido um acréscimo real de 0,5 %, dado que o índice de preços no consumidor entre Outubro de 2006 e Outubro de 2007 cresceu 2,6 %. Contudo, por nível de habilitação literária, foram as mulheres detentoras de mestrado que registaram maior acréscimo no poder aquisitivo (2,5 %), seguidas pelos homens com bacharelato (1,3 %), pelas mulheres com ensino pós secundário não superior (1,2 %), pelas mulheres com nível de habilitação inferior ao 1.º ciclo do ensino básico (0,7 %), pelos homens com o ensino básico (0,5 %), pelas mulheres com bacharelato (0,3 %) e pelas mulheres com o ensino básico (0,1 %), com os restantes níveis habilitacionais a registarem decréscimos, em termos reais, em especial os licenciados (-3,4 %) e os doutorados (-1,3 %).

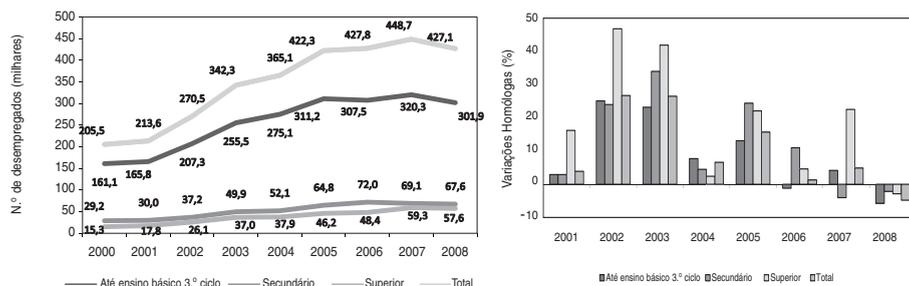


## 4. DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

### 4.1. A dimensão e severidade do desemprego por níveis de habilitação escolar

A população desempregada com habilitação superior era de 57,6 mil pessoas, em 2008, representando 13,5 % do total de desempregados. Registou, neste ano, pela primeira vez, após 2000, uma redução (-2,9 %) que, sendo simultânea com a dos restantes níveis de escolaridade, foi mais acentuada do que a observada no nível de ensino secundário (-2,2 %), mas menos intensa do que a dos detentores de habilitações até ao básico (-5,7 % contra -4,8 % do total).

Figura 4.1.1. Evolução da população desempregada por níveis de habilitação escolar (2000 a 2008)



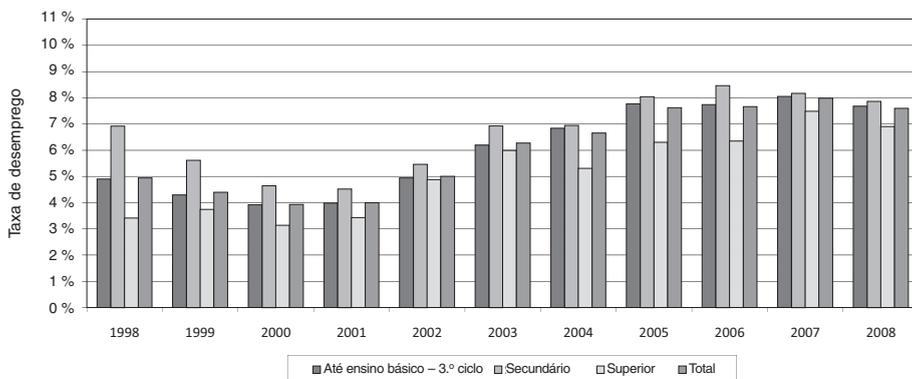
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

O crescimento do desemprego nos últimos anos foi, em geral, menos intenso, em termos relativos, entre os detentores de habilitações mais baixas, evidenciando algumas dificuldades do sistema produtivo em integrar a crescente população activa com níveis de habilitação secundário e superior. De facto, num contexto em que a população activa e empregada com habilitação superior registou um acentuado crescimento – recorde-se, por exemplo, que enquanto globalmente a população activa cresceu cerca de 10 % entre 1998 e 2008, a população activa com o ensino superior cresceu 88 % nesse mesmo período – devido sobretudo à entrada das gerações mais jovens e mais qualificadas no

mercado de trabalho, o tecido produtivo não foi capaz de criar empregos em número suficiente para absorver esse crescimento, mais a mais num período de menor desenvolvimento económico e, logo, de menor aumento global do emprego. Por outro lado, a evolução dos últimos anos no desemprego dos diplomados do ensino superior reflecte também os desajustamentos conjunturais e estruturais entre a oferta e a procura de emprego disponível, com destaque para as particulares dificuldades de integração de diplomados originários de áreas de educação ou formação com menor empregabilidade, no actual contexto.

Face à evolução geral registada no volume da população desempregada com o ensino superior nos últimos anos, num contexto de crescimento do desemprego total, a taxa de desemprego junto dessa população também cresceu ao longo destes anos, em particular após 2001, passando de 3,4 % nesse ano para 6,9 % em 2008. Refira-se que, ao longo deste período, a taxa de desemprego da população com ensino superior não subiu em todos os anos, tendo descido entre 2003 e 2004 e mantido o seu valor entre 2005 e 2006, ao contrário do que sucedeu com a taxa global, que cresceu sempre. Entre 2007 e 2008, a taxa de desemprego da população desempregada habilitada com o ensino superior evidencia uma descida (-0,6 p.p.) mais acentuada do que a dos detentores dos níveis secundário e até ao ensino básico (ambas -0,3 p.p.), passando de 7,5 % para 6,9 % neste último ano.

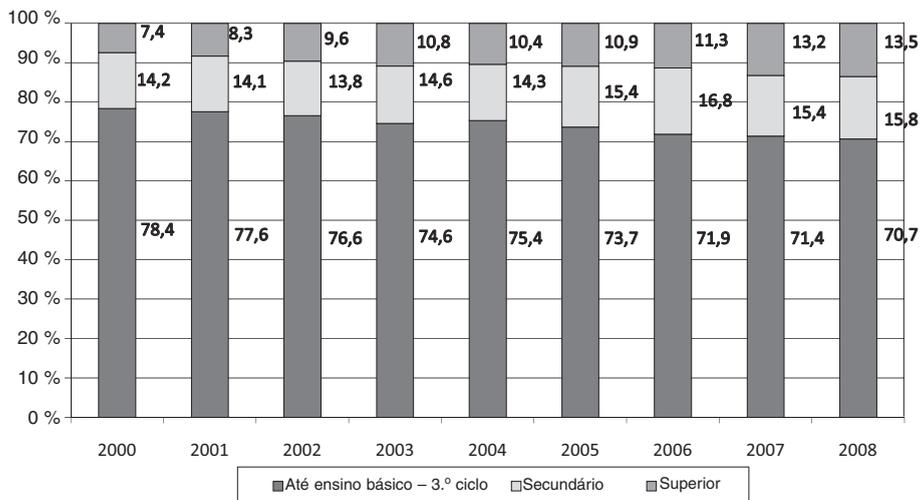
A taxa de desemprego dos detentores do ensino superior é sistematicamente inferior à taxa média global e à dos restantes níveis de habilitação escolar, entre 1998 e 2008, mesmo após 2001, com o crescimento significativo do número absoluto de desempregados detentores de uma habilitação superior, observado até 2007. Face à taxa de desemprego total, essa diferença foi mais reduzida em 2002 (-0,1 p.p.) e em 2003 (-0,3 p.p.), sendo de -0,7 p.p. em 2008. A maior discrepância entre esta taxa e a total ocorreu em 1998 (-1,5 p.p.), sendo ainda de assinalar que em 2004 e 2005 essa diferença foi também acentuada e de idêntico valor (-1,4 p.p. e -1,3 p.p., respectivamente).

**Figura 4.1.2.** Evolução da taxa de desemprego total e por nível de habilitação escolar (1998 a 2008)

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Em relação aos restantes níveis habilitacionais, as diferenças nas respectivas taxas de desemprego são, ainda, em regra, superiores às descritas para o desemprego total. Neste contexto, destacam-se por exemplo os anos de 2004, 2005 e 2006, em que a diferença entre a taxa de desemprego dos que possuem o ensino superior e dos que possuem o ensino básico ou o secundário foi, no mínimo, de menos 1,4 p.p.. Estas diferenças em 2008 são, respectivamente, de menos 0,8 p.p. e de menos 1 p.p..

Em relação ao peso do desemprego dos diplomados do ensino superior no total população desempregada, o mesmo continua a ser claramente minoritário, embora tendo aumentado ao longo dos últimos anos, devido ao crescimento mais acentuado do desemprego neste segmento. Este peso passou de 7,4 %, em 2000, para 13,5 %, em 2008.

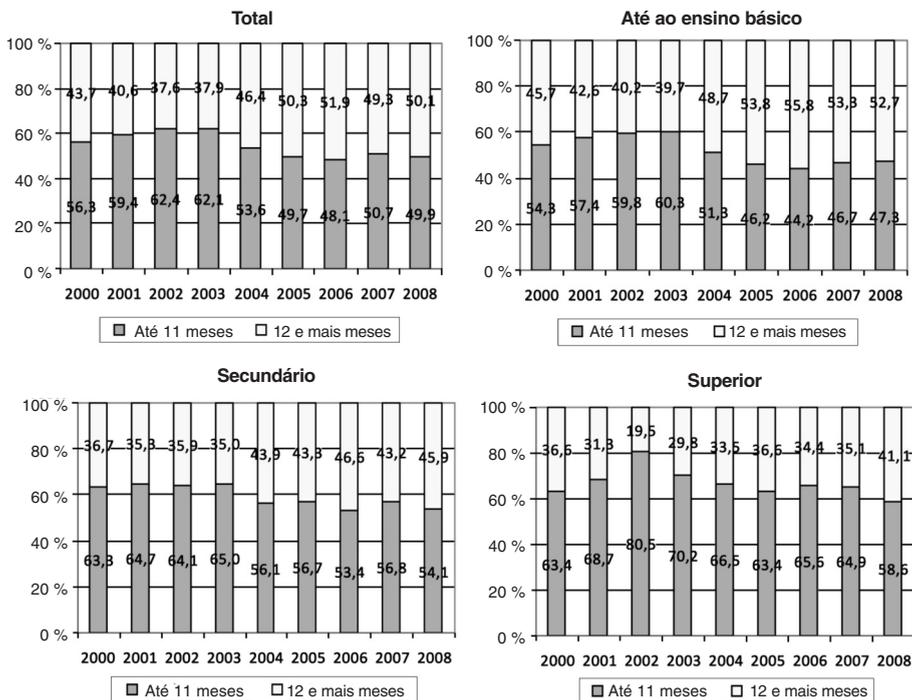
**Figura 4.1.3.** Estrutura da população desempregada por nível de habilitação escolar

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A evolução da estrutura de habilitações da população desempregada evidenciou uma diminuição do peso do desemprego nas habilitações mais baixas (até ao ensino básico), de 2000 (78,4 %) para 2008 (70,7 %), e um aumento da proporção de desempregados com o ensino secundário (de 14,2 % em 2000 e 15,8 % em 2008) e superior (de 7,4 % em 2000 e 13,5 % em 2008). Deste modo, reflecte-se naturalmente na população desempregada a mesma tendência de evolução dos níveis de habilitação escolar da população total residente e da população activa e empregada, embora não de forma tão acentuada, com a persistente sub-representação relativa da população com o ensino superior que está em situação de desemprego e que se reflecte em taxas de desemprego sempre inferiores neste grupo.

Verificada a tendência para o aumento do volume de desempregados com o ensino superior e da respectiva taxa de desemprego nos últimos anos, embora mantendo-se estes níveis inferiores à média global e à registada nos restantes níveis de habilitação, importa agora verificar em que medida esta variável influencia o grau de severidade do desemprego, medido pela duração do mesmo. A figura seguinte mostra que as percentagens de desempregados com 12 e mais meses de procura de emprego diminuem sempre à medida que o nível de habilitações aumenta, atingindo os valores mais reduzidos precisamente na população desempregada com o ensino superior.

Figura 4.1.4. População desempregada por nível de escolaridade e tempo de duração do desemprego<sup>(\*)</sup>



(\*) Não inclui os indivíduos desempregados que já não procuram emprego, por já terem encontrado e o qual vão iniciar nos próximos 3 meses.

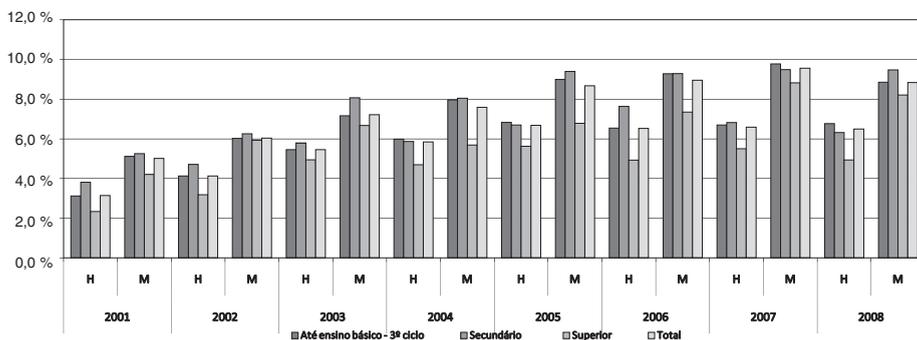
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No período em análise, constata-se que, a percentagem de desempregados com o ensino superior há 12 ou mais meses no desemprego, aumentou, em especial em 2008, situando-se em 41,4 % (cerca de 23,6 mil indivíduos). No desemprego total e nos restantes grupos de habilitação escolar esse valor é claramente superior, chegando inclusive a ultrapassar os 50 %, nomeadamente nos que possuem no máximo o 3.º ciclo do ensino básico (52,7 %) e no desemprego total (50,1 %).

## 4.2. Perfil da população desempregada com o ensino superior

Afectando o desemprego em geral mais as mulheres do que os homens, o que se expressa em taxas de desemprego feminino sistematicamente superiores às masculinas, constata-se, como esperado, que esta tendência mantém-se, igualmente, no desemprego de pessoas com habilitação de nível superior. Por outro lado, confirma-se, também, que a taxa de desemprego é sempre mais baixa quer nos homens, quer nas mulheres que detêm um diploma do ensino superior, face ao desemprego total e face aos desempregados com níveis inferiores de escolaridade.

**Figura 4.2.1.** Taxa de desemprego segundo o género e o nível de habilitação escolar (1998-2008)



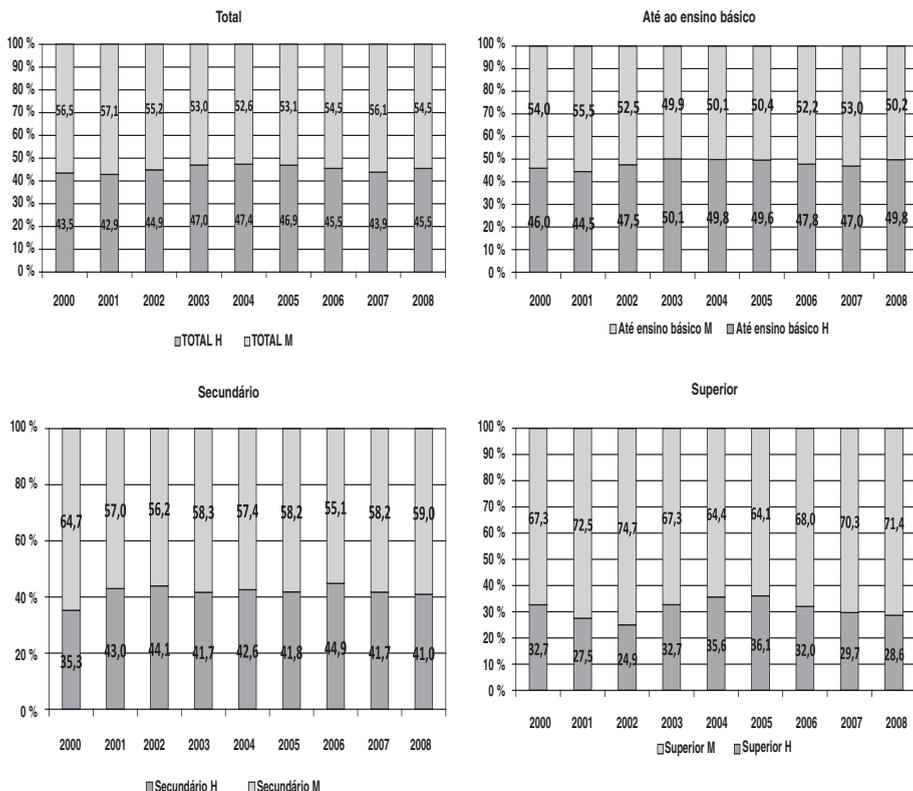
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Confirmando-se que a diferença entre a taxa de desemprego das mulheres e dos homens com o ensino superior é de facto sempre desfavorável às primeiras, verifica-se, contudo, que na maioria dos anos analisados, essa diferença é menor ou igual à registada no desemprego total (só em 2002, 2007 e 2008 este diferencial é superior). A mesma tendência é constatada face aos que possuem habilitações até ao ensino básico, onde esta diferença apenas é mais elevada em 2002, 2007 e 2008, ao inverso, do que se constata relativamente aos habilitados com o ensino secundário. Face a estes últimos, o diferencial entre a taxa de desemprego das mulheres e dos homens desempregados detentores de níveis de habilitação superior é, na maioria dos anos considerados, mais desfavorável para mulheres, exceptuando em 2003, 2004 e 2005.

Perante a maior incidência do desemprego nas mulheres, seja no desemprego total, seja nas diplomadas do ensino superior, não surpreende que também na estrutura da população desempregada, o maior peso seja assumido por estas, verificando-se ser precisamente no segmento mais qualificado que essa proporção é mais elevada, atingindo os 71,4 % em 2008. Em todos os anos analisados a importância relativa das mulheres no desemprego total dos

que detém uma habilitação de nível superior é substancialmente mais elevada do que a registada na generalidade dos desempregados e nos desempregados com outros níveis de habilitação escolar, verificando-se que essa proporção cresce à medida que aumentam os patamares de formação.

**Figura 4.2.2.** Estrutura da população desempregada segundo o género e o nível de habilitação escolar (2000 a 2008)



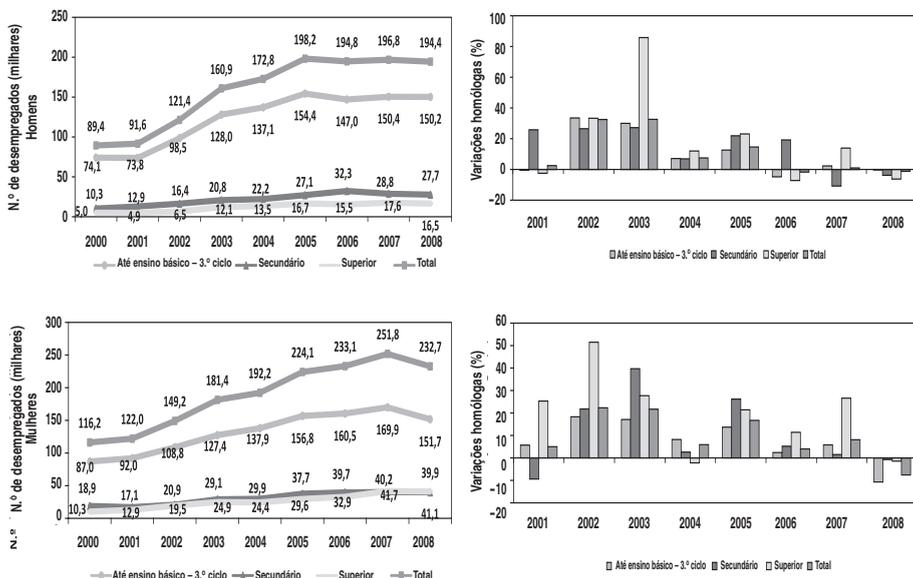
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Esta estrutura da população desempregada segundo o género e a habilitação escolar é, fundamentalmente, explicada pelo facto das mulheres estarem sobrerrepresentadas quer na população activa com o ensino secundário, quer sobretudo na população com o ensino superior, reflectindo assim as taxas mais reduzidas de abandono escolar precoce das mulheres face aos homens.

Em relação à evolução do volume de desemprego dos detentores do ensino superior nos últimos anos e segundo o género, regista-se um cresci-

mento praticamente regular de ano para ano quer nos homens, quer, em particular, nas mulheres. Na realidade, desde 2000, apenas em 2001 e 2006, no caso dos homens, e em 2004, no caso das mulheres, se registaram variações homólogas negativas face ao ano anterior. Em 2008, são observados decréscimos em ambos os sexos, relativamente ao ano anterior, mais acentuados nos homens (-6,3 %) do que nas mulheres (-1,4 %).

**Figura 4.2.3.** Evolução da população desempregada, segundo o género e o nível de habilitação escolar (2000 a 2008)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Refira-se ainda que, no período analisado, o desemprego feminino no nível habilitação de nível superior registou, na maioria dos anos, um comportamento mais desfavorável do que o desemprego masculino no mesmo nível de habilitação escolar. Na realidade, em cinco dos oito anos analisados (2001, 2002, 2005, 2006 e 2007) as variações homólogas positivas face ao ano anterior no número de mulheres desempregadas com o ensino superior foram superiores aos valores registados nos homens desempregados com o mesmo nível de habilitação e o decréscimo de ambos em 2008 revelou menor intensidade na população feminina (-1,4 p.p. contra -6,3 p.p.).

No que respeita à caracterização etária da população desempregada com o ensino superior, no período considerado, verifica-se que a mesma se

concentra maioritariamente e à semelhança do registado no emprego, no grupo dos 25 aos 34 anos, sendo também neste segmento que o seu peso face à população desempregada mais cresceu (de 17,3 % em 2002 para 25,3 % em 2008).

**Quadro 4.2.1.** Percentagem da população desempregada habilitada com o ensino superior na população desempregada segundo o grupo etário (2002 a 2008)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	<b>9,6</b>	<b>10,8</b>	<b>10,4</b>	<b>10,9</b>	<b>11,3</b>	<b>13,2</b>	<b>13,5</b>
20 e + anos	10,6	11,8	11,2	11,6	12,0	13,9	14,2
20-24 anos	2,0	14,6	13,8	13,3	15,4	16,5	20,2
25-34 anos	17,3	19,3	20,5	21,1	21,3	24,1	25,3
35 e + anos	4,6	5,0	4,4	4,7	4,8	6,5	5,9

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. Médias anuais.

Refira-se que, a partir dos 34 anos, a importância relativa no desemprego dos detentores de habilitação de nível superior diminui, reflectindo o alargamento tardio do acesso à educação e, conseqüentemente, também a expansão do ensino superior em Portugal.



## 5. SÍNTESE E CONCLUSÕES

A população com o ensino superior em Portugal assume uma expressão cada vez mais significativa, quer na população total, quer em particular na população activa e empregada, reflectindo assim o esforço do país no alargamento das oportunidades de educação e formação, combatendo o atraso histórico do país em matéria de escolarização da sua população, designadamente com este nível de habilitação. No entanto, apesar do crescimento sistemático e acelerado da população com o ensino superior, Portugal continua a ter um número insuficiente de quadros com esse nível de escolaridade, face nomeadamente à generalidade dos países mais desenvolvidos, em particular perante os parceiros na União Europeia.

A inserção das pessoas com o ensino superior no mercado de trabalho, quando comparada com a da população em geral e com a que possui níveis inferiores de habilitação escolar caracteriza-se, em linhas gerais, pelos seguintes aspectos, a salientar:

- As taxas de actividade e de emprego são muito superiores nos indivíduos com o ensino superior, sendo muito reduzida a inactividade. De facto, a diferença nas taxas de actividade e de emprego entre a população com o ensino superior e a população total são muito significativas.
- A criação líquida de emprego registada nos últimos dez anos (1998 a 2008) tem-se concentrado sobretudo e de forma sistemática na população com esse nível de habilitação escolar, com um saldo positivo de cerca de mais 340 mil empregados.
- O emprego de pessoas com o ensino superior está particularmente concentrado na região de Lisboa, tendo essa tendência persistido ao longo do período analisado, embora reduzindo ligeiramente esse valor. Neste contexto, Lisboa é também a região onde é maior o peso da população empregada com o ensino superior no total da população empregada.
- O forte crescimento da população activa e empregada com o ensino superior, muito superior à média global, numa conjuntura difícil da economia portuguesa e do mercado de trabalho que se tem vivido sobretudo desde 2002, reflectiu-se num aumento do desemprego entre

essa população e a um ritmo que, em termos relativos, foi, em regra, superior ao registado no desemprego total. De facto, de uma situação de quase pleno emprego vivida em 1998, em que a taxa de desemprego junto da população com o ensino superior foi de apenas 3,4 % face a 4,9 %, no total, passamos para um valor de 7,5 % em 2007. Este valor, em 2008, decresceu (6,8 %) pela primeira vez, desde 2001.

- A taxa de desemprego nos diplomados do ensino superior é sempre menor do que a registada na população total e nos níveis mais baixos de educação, em qualquer dos anos considerados (6,9 %, em 2008, face a 7,6 % no total). Acresce, ainda, que a severidade do desemprego, medida pelo tempo de duração do mesmo, é sempre muito menor nos indivíduos com habilitações de nível superior, face à verificada no desemprego total e nos desempregados com níveis mais baixos de escolaridade – 41,4 % dos desempregados com o ensino superior estavam nessa situação há 12 e mais meses, em 2008, subindo esse valor para 45,9 % nos possuidores do ensino secundário e para 52,7 % nos que detêm habilitações até ao 3.º ciclo do ensino básico.
- No desemprego total, a percentagem de desempregados com uma habilitação de nível superior é ainda muito reduzida (13,5 % em 2008), reflectindo, assim, o facto de ser menor a taxa de desemprego, neste grupo habilitacional. Naturalmente que essa percentagem cresceu, sistematicamente, nos últimos anos – em 2002 situava-se em 9,6 % – à semelhança do que se registou na população total, activa e empregada.

Em relação ao perfil do emprego e do desemprego das pessoas com o ensino superior, destacam-se as seguintes conclusões:

- O emprego dos diplomados do ensino superior é maioritariamente feminino, ao contrário do que sucede com o emprego total, reflectindo assim o predomínio das mulheres no ensino superior, tendo também registado um crescimento mais acelerado do seu volume junto das mesmas, entre 1998 e 2008 (+208,4 mil mulheres empregadas com o ensino superior, face a +127,4 mil homens empregados com esse nível de educação).
- Também no desemprego das pessoas com o ensino superior predominam as mulheres, à semelhança do que acontece no desemprego total, embora de forma claramente mais acentuada neste segmento mais qualificado. Em 2008, enquanto que 54,5 % do desemprego total é feminino, no conjunto dos desempregados com uma habilitação de nível superior esse valor ascende a 71,4 %.
- O facto da expansão do ensino superior e, conseqüentemente, do número de diplomados que “produz”, ter ocorrido sobretudo nas

últimas décadas, reflecte-se numa estrutura etária mais jovem desta população (empregada e desempregada) quando comparada com a respectiva população total. De facto, é no grupo etário entre os 25 e os 34 anos que é sempre mais intensa a proporção de pessoas com o ensino superior no total das respectivas populações.

- A esmagadora maioria da população empregada com uma habilitação superior são trabalhadores por conta de outrem e com um contrato sem termo. A principal diferença face ao emprego total prende-se, assim, com o menor relevo dos trabalhadores por conta própria nesta população mais qualificada.
- O emprego das pessoas com habilitação superior encontra-se particularmente concentrado nos serviços, face designadamente ao que se verifica no emprego total, mantendo-se basicamente esta estrutura sectorial do emprego neste grupo. Registe-se, todavia, que num contexto de crescente terciarização da actividade económica e, logo, do emprego, baixando dessa forma o peso do emprego total no sector primário e secundário entre 1998 e 2008, no caso do emprego de diplomados do ensino superior registou-se um crescimento relativo em todos os sectores, embora de forma limitada.
- Em relação ao tipo de profissões onde se encontram inseridos os empregados detentores de uma habilitação de nível superior, a esmagadora maioria está evidentemente inserida nos grupos profissionais que exigem obrigatoriamente ou em muitas das situações esse nível de habilitação para o exercício das mesmas, em particular os especialistas das profissões intelectuais e científicas e os técnicos e profissionais de nível intermédio. Entre 1998 e 2008 regista-se uma ligeira diversificação dos grupos profissionais onde estão inseridos os empregados com uma habilitação de nível superior, nomeadamente com o crescimento do pessoal administrativo e, num segundo plano, do pessoal dos serviços e vendedores, com esse nível de escolaridade.
- As remunerações dos TCO com o ensino superior são muito superiores à média global e à dos segmentos com menor escolaridade, tendendo essa diferença a acentuar-se ao longo do ciclo de vida dos indivíduos, chegando a ser quatro vezes superior nos diplomados do ensino superior com mais idade. Na realidade, à medida que vamos subindo nos escalões salariais vai aumentando a proporção de TCO com o ensino superior face ao total, sendo que a partir dos 1200 € predominam claramente e de forma crescente os trabalhadores com uma habilitação superior (59,2 % no escalão entre 1200 € e 1800 €, 75,8 % entre 1800 € e 2500 €, 83,8 % entre 2500 € e 3000 € e 85 % nos que ganham mais do que 3000 €, dados de 2008). Os dados dos Quadros de Pessoal de 2007 também confirmam estas tendências, com o ganho médio mensal dos TCO com habilitações de nível superior a ser cerca

de 2,6 vezes a 3,8 vezes superior (caso do doutoramento) ao ganho médio mensal do trabalhador com o mais baixo nível de instrução.

Em síntese, a população com o ensino superior continua a ter, em regra, mais e melhor emprego do que os restantes segmentos da população empregada e é, apesar da evolução menos favorável dos últimos anos, menos afectada pelo desemprego e, sobretudo, pela severidade do mesmo, quando medida pelo seu tempo de duração. Contudo, à medida que vamos aumentando a população com este nível de habilitação – e em Portugal esse número tem ainda que crescer de forma significativa para atingirmos a média dos países mais desenvolvidos, nomeadamente dos nossos parceiros europeus – vão também surgindo novas e, nalguns casos, mais intensas dificuldades conjunturais e também estruturais de ajustamento entre uma oferta e procura crescente de mão-de-obra com essa qualificação.













O presente relatório procura efectuar um retrato sintético da situação e evolução das pessoas com o ensino superior no mercado de trabalho. Existe, assim, uma complementaridade com o relatório semestral que é realizado sobre “A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior”, tendo por base os dados do desemprego inscrito nos centros de emprego, disponibilizados mensalmente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, e a informação sobre esses diplomados disponibilizada anualmente ao Gabinete de Planeamento, Avaliação, Estratégia e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pelas instituições de ensino superior.

Co-financiado pelo FSE



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Gabinete de Estratégia e Planeamento  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
[www.gep.mtss.gov.pt](http://www.gep.mtss.gov.pt)

ISBN 978-972-704-359-0



9 789727 043590

Preço: 10,00 €